



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

Lei Nº 9926/2009

EDIÇÃO Nº 3.867 / ANO XVI / 22 PÁGINAS

PONTA GROSSA, SEXTA-FEIRA, 24 DE MAIO DE 2024

Jornalista responsável
PRISCILA MEXIA FREITAS ZAMBOLIM
MTB 05442

SUMÁRIO

ATOS DO PODER EXECUTIVO ADMINISTRAÇÃO DIRETA

- DECRETOS.....	1
- PORTARIAS.....	2
- LICITAÇÕES.....	3
- CONTRATOS.....	5
- SMC.....	6
- DIVERSOS.....	18

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

- FMSPG.....	18
- FASPG.....	21

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

- CÂMARA MUNICIPAL.....	21
-------------------------	----

DECRETOS

DECRETO Nº 23.461, de 21/05/2024

A PREFEITA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o contido no protocolo SEI nº 057958/2024,

DECRETA

Art. 1º. Fica revogado o Decreto nº 23.433, datado de 15 de maio de 2024.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO, em 21 de maio de 2024.

ELIZABETH SILVEIRA SCHMIDT
Prefeita Municipal

GUSTAVO SCHEMIM DA MATTA
Procurador Geral do Município

DECRETO Nº 23.470, de 22/05/2024

A PREFEITA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, especialmente o previsto nos incisos VIII e IX do artigo 71, da Lei Orgânica do Município c/c na Lei n. 14.159/2021, tendo em vista o contido no protocolo SEI 057958/2024,

RESOLVE

Art. 1º. Nomear, MARIA ANGELA SENIUK para o exercício de emprego de provimento em comissão, da seguinte forma:

Emprego de Provimento em Comissão	de em	Remuneração	Código	Lotação
Assessor de Gabinete		CC 11	CC 11/24	Secretaria Municipal de Cultura
Data da Nomeação		A partir da data de admissão.		

Art. 2º. As competências do Assessor de Gabinete nomeado na forma do artigo anterior são aquelas previstas no Anexo V, da Lei n. 4.284/1989, com a redação dada pela Lei n. 14.159/2021, além daquelas que forem delegadas pelo Titular da Pasta.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO, em 22 de maio de 2024.

ELIZABETH SILVEIRA SCHMIDT
Prefeita Municipal

GUSTAVO SCHEMIM DA MATTA
Procurador Geral do Município

DECRETO Nº 23.471, de 23/05/2024

Transfere empregos públicos do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa para o Quadro de Pessoal da Fundação Municipal de Saúde de Ponta Grossa, conforme específica.

A PREFEITA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, nos termos da alínea 'a', do inciso VIII, do artigo 71 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o disposto na Lei n. 4.284/1989, com alterações da Lei n. 14.159/2021; Lei 13.345/2018, e no art. 6º da Lei n. 11.223/2013, e art. 118 da Lei 14.648/2023, Lei 14.650/2023 e Lei 14.651/2023, e tendo em vista o contido no protocolo SEI nº 052811/2024,

DECRETA

Art. 1º. Ficam transferidos do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa para o Quadro da Fundação Municipal de Saúde de Ponta Grossa, os seguintes empregos de provimento efetivos:

Empregos Efetivos – Lei 14.650/2023 Grupos Específicos da Área de Saúde – Auxiliar de Saúde

N. de vagas	Denominação Emprego/Função	A partir de
01	Auxiliar de Saúde III (Auxiliar de Farmácia Plantonista)	20/05/2024
01	Auxiliar de Saúde III (Auxiliar de Farmácia Plantonista)	21/05/2024

Empregos Efetivos – Lei 14.650/2023 Grupos Específicos da Área de Saúde – Técnico de Saúde

N. de vagas	Denominação Emprego/Função	A partir de
01	Técnico de Saúde III (Técnico em Enfermagem)	01/04/2024
01	Técnico de Saúde III (Técnico em Enfermagem)	21/05/2024
01	Técnico de Saúde III (Técnico em Enfermagem)	22/05/2024
01	Técnico de Saúde III (Técnico em Enfermagem)	23/05/2024
01	Técnico de Saúde III (Técnico em Enfermagem)	23/05/2024

Empregos Efetivos – Lei 14.650/2023 Grupo Técnico Administrativos II

N. de vagas	Denominação	A partir de
01	Técnico Administrativo II (Assistente de Administração II)	13/05/2024
01	Técnico Administrativo II (Assistente de Administração II)	20/05/2024
01	Técnico Administrativo II (Assistente de Administração II)	20/05/2024

Empregos Efetivos – Lei 14.650/2023 Grupo Condutor

N. de vagas	Denominação	A partir de
01	Condutor (Motorista II)	09/05/2024
01	Condutor (Motorista II)	20/05/2024
01	Condutor (Motorista II)	23/05/2024

Decreto nº 23.471/2024 - Pág. 1/2

Art. 2º. Em consequência do previsto no artigo anterior, ficam igualmente transferidos, para o Quadro de Pessoal da Fundação Municipal de Saúde de Ponta Grossa, os seguintes servidores:

	Nome	Matric.	Emprego (Função)	A partir de:
I.	CRISTIANE STADLER DAS NEVES	32427	Auxiliar de Saúde III (Auxiliar de Farmácia Plantonista)	20/05/2024
II.	DAIANE ISABELA NOGUEIRA	32435	Auxiliar de Saúde III (Auxiliar de Farmácia Plantonista)	21/05/2024
III.	BETSI MENDES DA ROCHA	32236	Técnico de Saúde III (Técnico em Enfermagem)	01/04/2024
IV.	CAROLINA SEMIRAMIS DE MOURA	32432	Técnico de Saúde III (Técnico em Enfermagem)	21/05/2024
V.	CRISTIANE RIBEIRO DOS SANTOS DE GODOI	32440	Técnico de Saúde III (Técnico em Enfermagem)	22/05/2024
VI.	JONATHAN ELIEZER DE SIQUEIRA	32444	Técnico de Saúde III (Técnico em Enfermagem)	23/05/2024
VII.	BRUNA CRISTINA SANTOS LIMA	32445	Técnico de Saúde III (Técnico em Enfermagem)	23/05/2024
VIII.	MIRIAM JOICE MACHADO SANTIAGO	32402	Técnico Administrativo II (Assistente de Administração II)	13/05/2024
IX.	DANIEL ARTHEMIS BALAN	32424	Técnico Administrativo II (Assistente de Administração II)	20/05/2024
X.	ALESSANDRA MATOS DELINSKI	32425	Técnico Administrativo II (Assistente de Administração II)	20/05/2024
XI.	MIGUEL SOUZA E SILVA	32397	Condutor (Motorista II)	09/05/2024
XII.	GERSON DE LIMA	32421	Condutor (Motorista II)	20/05/2024
XIII.	ELAINE CRISTINA DINIZ VEIGA	32447	Condutor (Motorista II)	23/05/2024

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO, em 23 de maio de 2024.

ELIZABETH SILVEIRA SCHMIDT
Prefeita Municipal

GUSTAVO SCHEMIM DA MATTA
Procurador Geral do Município

DECRETO Nº 23.475, de 24/05/2024

A PREFEITA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de acordo com as Leis 14.110/2021 e 14.159/2021, e tendo em vista o contido no protocolado SEI nº 109314/2023,

RESOLVE

Art. 1º. Nomear **LEONARDO KRUCOSKI** para o exercício de emprego de provimento em comissão, da seguinte forma:

Emprego de Provimento em Comissão	de em	Remuneração	Código	Lotação
ASSESSOR GABINETE	DE	CC 07	CC 07/10	Procuradoria Geral do Município.
Data da Nomeação		A partir da data de admissão.		

Art. 2º. As competências do Assessor de Gabinete nomeado na forma do artigo anterior são aquelas previstas no Anexo V, da Lei n. 4.284/1989, com a redação dada pela Lei n. 14.159/2021, além daquelas que forem delegadas pelo Titular da Pasta.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO, em 24 de maio de 2024.

ELIZABETH SILVEIRA SCHMIDT
Prefeita Municipal

GUSTAVO SCHEMIM DA MATTA
Procurador Geral do Município

DECRETO Nº 23.476, de 24/05/2024

A PREFEITA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de acordo com as Leis 14.110/2021 e 14.159/2021, e tendo em vista o contido no protocolado SEI nº 060734/2024,

RESOLVE

Art. 1º. **EXONERAR, SEDENIR FELIPE DA SILVA**, da seguinte forma:

Emprego de Provimento em Comissão	de em	Remuneração	Código	Lotação
Assessor de Gabinete		CC 16	CC 16/68	Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Qualificação Profissional.
Data da Exoneração		A partir da data de publicação deste Decreto.		

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO, em 24 de maio de 2024.

ELIZABETH SILVEIRA SCHMIDT
Prefeita Municipal

GUSTAVO SCHEMIM DA MATTA
Procurador Geral do Município

DECRETO Nº 23.477, de 24/05/2024

A PREFEITA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, especialmente o previsto nos incisos VIII e IX do artigo 71, da Lei Orgânica do Município c/c na Lei n. 14.159/2021, tendo em vista o contido no protocolado SEI 060734/2024,

RESOLVE

Art. 1º. Nomear **MARILISA FELIPE DA SILVA** para o exercício de emprego de provimento em comissão, da seguinte forma:

Emprego de Provimento em Comissão	de em	Remuneração	Código	Lotação
Assessora de Gabinete	de	CC 16	CC16/68	Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Qualificação Profissional.
Data da Nomeação		A partir da data de admissão.		

Art. 2º. As competências do Assessor de Gabinete nomeado na forma do artigo anterior são aquelas previstas no Anexo V, da Lei n. 4.284/1989, com a redação dada pela Lei n. 14.159/2021, além daquelas que forem delegadas pelo Titular da Pasta.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO, em 24 de maio de 2024.

ELIZABETH SILVEIRA SCHMIDT
Prefeita Municipal

GUSTAVO SCHEMIM DA MATTA
Procurador Geral do Município

DECRETO Nº 23.478, de 24/05/2024

A PREFEITA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, especialmente o previsto nos incisos VIII e IX do artigo 71, da Lei Orgânica do Município c/c na Lei n. 14.159/2021, tendo em vista o contido no protocolado SEI 060754/2024,

RESOLVE

Art. 1º. Nomear **SAMUEL SEVERO FOLLMANN** para o exercício de emprego de provimento em comissão, da seguinte forma:

Emprego de Provimento em Comissão	de em	Remuneração	Código	Lotação
Assessor de Gabinete	de	CC 13	CC 13/4	Agência de Inovação e Desenvolvimento.
Data da Nomeação		A partir da data de admissão.		

Art. 2º. As competências do Assessor de Gabinete nomeado na forma do artigo anterior são aquelas previstas no Anexo V, da Lei n. 4.284/1989, com a redação dada pela Lei n. 14.159/2021, além daquelas que forem delegadas pelo Titular da Pasta.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO, em 24 de maio de 2024.

ELIZABETH SILVEIRA SCHMIDT
Prefeita Municipal

GUSTAVO SCHEMIM DA MATTA
Procurador Geral do Município

PORTARIAS**PORTARIA Nº 23.901/2024**

A PREFEITA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Federal n. 9.504/1997 e, tendo em vista o contido no protocolado SEI 050805/2024, controle registro PGM/PL/GP, datado de 20/05/24,

RESOLVE

Art. 1º. **CONCEDER**, no período de 06 de junho de 2024 a 06 de outubro de 2024, licença para promover sua campanha eleitoral, ao servidor **ROBERTO CARLOS FERENSOVICZ**, matrícula 11306, lotado na Secretaria Municipal da Administração e Recursos Humanos, com fundamento na Lei Complementar nº 64/1990, com direito a percepção dos seus vencimentos integrais.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

ELIZABETH SILVEIRA SCHMIDT
Prefeita Municipal

GUSTAVO SCHEMIM DA MATTA
Procurador Geral do Município



Documento assinado eletronicamente por **ELIZABETH SILVEIRA SCHMIDT**, Prefeita Municipal, em 23/05/2024, às 15:46, horário oficial de Brasília, conforme o Decreto Municipal nº 14.369 de 03/05/2018.



Documento assinado eletronicamente por **GUSTAVO SCHEMIM DA MATTA**, Procurador Geral do Município, em 23/05/2024, às 15:57, horário oficial de Brasília, conforme o Decreto Municipal nº 14.369 de 03/05/2018.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.pontagrossa.pr.gov.br/validar> informando o código verificador **4567866** e o código CRC **BCF9CC45**.

PORTARIA Nº 23.911/2024

A PREFEITA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o contido no protocolado SEI 059196/2024, controle registro PGM/PL/GP, datado de 22/05/2024,

RESOLVE

Art. 1º. Fica autorizado, a partir de 1º de maio de 2024, o pagamento de Adicional de Encargos Especiais - AEE pelo exercício de atividades junto aos órgãos e subunidades administrativas da Administração Municipal, em favor dos seguintes empregados efetivos designados:

I - DIRETOR DE ÁREA			
Empregado	Lotação/Órgão/Setor	Matrícula	
01 ALLAN HENRIQUE DE ARAÚJO	SMMA	31475	
02 EVERTON DE DEUS	SMMA	31989	
03 VALQUIRIA GROCHOVSKI	SMAPA	21492	
04 FERNANDA BIERHALS SPINELLI	FMS	29948	

II - GERÊNCIA DE ÁREA			
Empregado	Lotação/Órgão/Setor	Matrícula	
01 DIOGLAS DA SILVA PAVÃO	SMAPA	214	
02 GIOVANA MARIA SCHEMBERGER STROVSKI	SMARH	16579	

III - COORDENADOR DE ÁREA			
Empregado	Lotação/Órgão/Setor	Matrícula	
01 JEAN MOREIRA RIBEIRO	SMARH	24657	
02 MARIA MARLENE JUSTUS	SMARH	23293	
03 MAURICIO VIANNA	SMAPA	10465	

IV - SUPERVISOR DE ÁREA			
Empregado	Lotação/Órgão/Setor	Matrícula	
01 JOELSON SLUSZ	FMS	20692	

V - ASSESSORAMENTO AS1 - COMPLEXIDADE ALTA			
Empregado	Lotação/Órgão/Setor	Matrícula	
01 DAMARIS BERARDI GODOY LEITE	SMAPA	31875	
02 LUCÉLIA DE FÁTIMA ANDRADE	SMAPA	31276	
03 JOHNNY WILLIAN PINTO	SMC	29614	

VI - ASSESSORAMENTO AS2 - COMPLEXIDADE MÉDIA			
Empregado	Lotação/Órgão/Setor	Matrícula	
01 ADELIANE MORO CONKE SKRZECKOWSKI	SMAPA	21360	
02 CRISTIANE CHIARETTO	SEFAZ	200502	

VII - PREGOIRO			
Empregado	Lotação/Órgão/Setor	Matricula	
01	TAISA TROMBINI DE CARVALHO	SMARH	21680
02	SUZANA GIOVANETTI MESCHKE	SMARH	11916

VIII - FISCALIZAÇÃO DE ATIVIDADES E SERVIÇOS

Empregado	Lotação/Órgão/Setor	Matricula	
01	CELSO MARINHO	SMARH	32107
02	CLAUDIO ZUNIKO HONDA	SMARH	28281
03	FERNANDO DIAS DA SILVA	SMARH	30396
04	JOSÉ ULISSES MAGALHÃES JUSTUS	SMARH	28292
05	NERI CESAR MASSUTTI	SMARH	28578
06	FABIO JOSE MARQUES MADUREIRA	SMARH	28276
07	FLAVIO LUIZ CAMARGO	FMS	22004
08	FRANCISCO DE ALMEIDA BARROS	FMS	17173
09	LUIZ HENRIQUE MARTINS	FMS	30768
10	PAULO FERNANDO DE ARAÚJO	FMS	22796
11	RICARDO DOS SANTOS SILVA	FMS	30144
12	VANUSA MEIRA ALBACH PALHANO	FMS	28566

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

ELIZABETH SILVEIRA SCHMIDT
Prefeita Municipal

GUSTAVO SCHEMIM DA MATTA
Procurador Geral do Município



Documento assinado eletronicamente por ELIZABETH SILVEIRA SCHMIDT, Prefeita Municipal, em 23/05/2024, às 15:46, horário oficial de Brasília, conforme o Decreto Municipal nº 14.369 de 03/05/2018.



Documento assinado eletronicamente por GUSTAVO SCHEMIM DA MATTA, Procurador Geral do Município, em 23/05/2024, às 15:57, horário oficial de Brasília, conforme o Decreto Municipal nº 14.369 de 03/05/2018.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.pontagrossa.pr.gov.br/validar> informando o código verificador 4582833 e o código CRC 99DD8657.

PORTARIA Nº 2.3912/2024

A PREFEITA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei n.15.045/2024, e Decreto Municipal 23.188/2024, e tendo em vista o contido no protocolado SEI 059196/2024, controle registro PGM/PL/GP, datado de 22/05/2024,

RESOLVE

Art. 1º. Ficam canceladas, a partir de 01 de maio de 2024, o pagamento de Adicional de Encargos Especiais – AEE pelo exercício de atividades junto aos órgãos e subunidades administrativas da Administração Municipal, em favor dos seguintes empregados efetivos designados, conforme segue:

I - COORDENADOR DE ÁREA			
Empregada	Lotação/Órgão/Setor	Matricula	
1	Fernanda Bierhals Spinelli	FMS/DM	29948
2	Giovanna Maria Schemberger Stovski	SMARH/DRH	16579

II - SUPERVISOR DE ÁREA			
Empregada	Lotação/Órgão/Setor	Matricula	
1	Maria Marlene Justus	SMARH/CV	23293

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

ELIZABETH SILVEIRA SCHMIDT
Prefeita Municipal

GUSTAVO SCHEMIM DA MATTA
Procurador Geral do Município



Documento assinado eletronicamente por ELIZABETH SILVEIRA SCHMIDT, Prefeita Municipal, em 23/05/2024, às 12:04, horário oficial de Brasília, conforme o Decreto Municipal nº 14.369 de 03/05/2018.



Documento assinado eletronicamente por GUSTAVO SCHEMIM DA MATTA, Procurador Geral do Município, em 23/05/2024, às 13:24, horário oficial de Brasília, conforme o Decreto Municipal nº 14.369 de 03/05/2018.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.pontagrossa.pr.gov.br/validar> informando o código verificador 4579336 e o código CRC 41075FB9.

LICITAÇÕES



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos
Departamento de Compras e Contratos

RESULTADO DO PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA Nº 44/2024

Com base na Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações posteriores, analisando o processo licitatório realizado sob a modalidade Pregão, na forma eletrônica nº 44/2024, para Aquisição e instalação de materiais e equipamentos, tais como: câmeras, cabos, antenas, switch, nobreak, HD, etc., necessários e compatíveis com o Sistema de Monitoramento por CFTV do Aeroporto Municipal para Segurança da Aviação Civil Contra Atos de Interferência Ilícita (AVSEC), em atendimento das normas preconizadas pela Agência Nacional da Aviação Civil (ANAC) realizado em «DataAbertura», nada havendo irregular, segue o resultado final do procedimento para a(s) empresa(s) a seguir classificada(s):

FORNECEDOR: MASTERBIDS TECNOLOGIA E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA - CNPJ: 52.017.064/0001-07
Valor Total do Fornecedor: R\$ 76.000,00 (setenta e seis mil reais).

Lote	Ordem	Descrição	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
1	1	CÂMERA SPEED DOME IP	INTELBRAS VIP 3225 INTELBRAS VIP 3225	UND	3	3.757,90	11.273,70
1	2	SUPORTE CÂMERA SPEED DOME	INTELBRAS XSD 101 INTELBRAS XSD 101	UND	3	169,00	507,00
1	3	CATMAT CÂMERA IP 2MP BULLET	INTELBRAS VIP 1230 BG4 INTELBRAS VIP 1230 BG4	UND	10	291,20	2.912,00
1	4	CATMAT CÂMERA IP 2MP DOME	INTELBRAS VIP 1230 DG4 INTELBRAS VIP 1230 DG4	UND	10	302,00	3.020,00
1	5	SWITCH GERENCIÁVEL POE - 8 PORTAS	INTELBRAS SG 1002 INTELBRAS SG 1002	UND	2	1.273,00	2.546,00
1	6	SWITCH GERENCIÁVEL POE - 24 PORTAS	INTELBRAS SG 2404 INTELBRAS SG 2404	UND	2	2.489,20	4.978,40
1	7	HD 12TB	WESTERN DIGITAL WD121 PURP WESTERN DIGITAL WD121 PURP	UND	5	3.908,90	19.544,50
1	8	RÁDIO OUTDOOR CPE 5GHZ 20DBI	INTELBRAS APC 5A20 INTELBRAS APC 5A20	UND	4	627,10	2.508,40
1	9	INVD	INTELBRAS INVD 78032 INTELBRAS INVD 78032	UND	1	4.607,30	4.607,30



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos
Departamento de Compras e Contratos

1	10	CONECTOR MACHO RJ45 CAT5E PCT 100 UN	FORTREK FORTREK FORTREK FORTREK	PCT	1	56,00	56,00
1	11	NOBREAK SENOIDAL 600VA BIVOLT	INTELBRAS ATTIV 600VA INTELBRAS ATTIV 600VA	UND	2	478,20	956,40
1	12	INJETOR POE 48V	INTELBRAS POE 200 INTELBRAS POE 200	UND	5	181,20	906,00
1	13	ROTEADOR GIGABIT WIRELESS DUAL BAND 300	TP LINK EX141 TP LINK EX141	UND	2	431,50	863,00
1	14	FONTE INJETOR POE 48V	INTELBRAS 2405F INTELBRAS 2405F	UND	5	60,40	302,00
1	15	PATCH CORD CAT6 - 2,5M	CONDUTTI VM 2.5 CONDUTTI VM 2.5	UND	4	31,60	126,40
1	16	CAIXA SOBREPOR IP 66 BRBO Nº 1 100X100X58	BRUM BRBOL BRUM BRBOL	UND	20	16,50	330,00
1	17	CABO CAT5 USO EXTERNO	MEGATRON CAT 5E MEGATRON CAT 5E	UND	800	3,00	2.400,00
1	18	CABO CAT5 USO INTERNO	DEKO DEKO CAT 5 DEKO DEKO CAT 5	UND	800	2,50	2.000,00
1	19	FILTRO DE LINHA 6 TOMADAS 10A BIVOLT	C3 TECH FL 61K C3 TECH FL 61K	UND	5	40,90	204,50

1	20	CONJUNTO REX ARMAÇÃO VERTICAL ISOLADOR ROLDANA DE PORCELANA P/ POSTE	ELETROSUL REX ELETROSUL REX	UND	10	28,70	287,00
1	21	ABRAÇADEIRA AJUSTÁVEL BAP 80CM EM AÇO P/ POSTE COM PARAFUSO J E PORCA	FIBRAS NET BAP FIBRAS NET BAP	UND	10	14,80	148,00
1	22	PARAFUSO CABEÇA QUADRADA MÁQUINA P/	OLIVO 58X1 OLIVO 58X1	UND	10	14,70	147,00



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos
Departamento de Compras e Contratos

1	23	ARMAÇÃO REX 5/8X12 - 300MM COM PORCA E ARRUELA	UNICASERV ALCA UNICASERV ALCA	UND	10	21,30	213,00
1	24	ALÇA PRÉ-FORMADA P/ POSTE CABO REDE BLINDADO 9MM	SIL PP SIL PP	M	150	4,00	600,00
1	25	CABO PP 2 VIAS 2,5MM	PRÓPRIA PRÓPRIA PRÓPRIA	SRÇ	1	14.563,40	14.563,40

VALOR TOTAL HOMOLOGADO E ADJUDICADO: R\$ 76.000,00 (setenta e seis mil reais)

Ponta Grossa/PR, 23 de maio de 2024.

PAULO BARBOSA PINTO
Secretário Municipal de Indústria, Comércio e Qualificação Profissional

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
PROGRAMA MERCADO DA FAMÍLIA - PROMEF/FMF
RELATÓRIO DE ANÁLISE DE AMOSTRAS RECEBIDAS

PREGÃO: 49/2024

PREGOEIRO: Beatriz Vieira

LOTE	LICITANTE	ITEM	MARCA	PARECER
4	PLANALTO COMERCIO E TRANSPORTES DE ALIMENOS LTDA	Leite em pó integral	SÃO GABRIEL	APROVADO
5	GIRO COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	Leite em pó integral	NINHO	APROVADO

APROVAÇÃO: CONFORME AMOSTRA E FICHA TÉCNICA.

REPROVAÇÕES:

Valquíria
Grochovski

Assinado de forma digital por
Valquíria Grochovski
Data: 2024.05.23 15:54:59
-03'09"

PONTA GROSSA, 23 DE MAIO DE 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA/PR
Pregão, na forma eletrônica nº 77/2024

O Município de Ponta Grossa/PR realizará às 09h00m do dia 11 de junho de 2024, através da Bolsa de Licitações e Leilões, pregão, na forma eletrônica para contratação de empresa especializada nos serviços de locação de veículos c/ motorista (ONIBUS E VAN), para executar o transporte dos alunos-bolsistas integrantes dos corpos estáveis da Secretaria Municipal de Cultura. Valor Máximo: R\$ 61.488,20 (sessenta e um mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e vinte centavos). Mais informações, bem como a íntegra do edital e seus anexos poderão ser obtidos no Departamento de Compras e Contratos no horário das 12h00min às 18h00min na sede da prefeitura, ou pelo telefone (42) 3220-1000 - ramal XXX ou ainda através do Portal da Transparência - Licitações.

Ponta Grossa, 23 de maio de 2024.

ALBERTO SCHRAMM PORTUGAL
Secretário Municipal de Cultura

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA/PR
Aviso do 1º Esclarecimento - Pregão, na forma eletrônica nº 71/2024

O Município de Ponta Grossa/PR, por força do parágrafo 1º do artigo 55 da Lei nº 14.133/2021, torna público o edital do Pregão, na forma eletrônica nº 71/2024, para aquisição de materiais para atividades de recreação, ginástica laboral, pilates e yoga da Secretaria Municipal de Esportes, sobre as seguintes alterações / esclarecimentos, conforme descrito abaixo:

Para o Lote 12.

ONDE SE LÊ:

Valor de referência: R\$ 446,35 (quatrocentos e quarenta e seis reais com trinta e cinco centavos).

LEIA-SE:

Valor de referência: R\$ 4.464,35 (quatro mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais com trinta e cinco centavos).

TODAS AS DEMAIS INFORMAÇÕES DO EDITAL PERMANECEM EXATAMENTE AS MESMAS.

Maiores informações, bem como a íntegra do edital, poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras e Contratos da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, sito à Av. Visconde de Taunay, 950. Ronda. No horário das 12h00 às 17h00, ou ainda pelo fone (42) 3220-1000 - ramal 1349 ou no site do Portal da Transparência - Licitações, ou da Bolsa de Licitações e Leilões.

Ponta Grossa, 24 de maio de 2024.
BEN HUR CHICONATO
Secretário Municipal de Esportes

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA							
Estado do PARANA							
Exercício: 2024							
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 68/2024							
DATA: 22/05/2024	PROTOKOLO: 111566 / 2023						
PROCESSO: 175							
CONTRATANTE							
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA							
CONTRATADO(A)							
Fornecedor: ABASE ALIANÇA BRASILEIRA DE ASSISTENCIA SOCIAL E EDUCACIONAL							
CNPJ: 62.207.634/0013-00	Insc. Estadual:						
Endereço: MAURICIO DE NASSAU, 560							
Bairro: NOVA RUSSIA	Cidade: PONTA GROSSA - PR						
Telefone: 42.302.76070	CEP: 84.070-330						
OBJETO							
Termo de Colaboração entre o Município de Ponta Grossa e ABASE ALIANÇA BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL - Centro Social "Casa do Pá"'							
JUSTIFICATIVA							
ARTIGO 31, caput da Lei Federal 13.019/2014							
DESPESA							
Programática	Fonte						
2000308242004560033350430000	3880						
SUBVENÇÕES SOCIAIS							
ITEM(S)							
Lot	Orde	Item	Descrição	Unidade	Qtde.	V. Unitário	V. Total
1	1	108393	TERMO DE COLABORAÇÃO para realizar revitalização e melhorias da qualidade do espaço onde é oferecido o SCSV para 150 crianças e adolescentes através de pintura externa da estrutura física do piso superior da entidade.	SVC	1,00	46.380,00	46.380,00
Total:							46.380,00
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL							
TATYANA DENISE BELO							
Secretária Mun. da Fam. e Desenvolvimento Social							

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA							
Estado do PARANA							
Exercício: 2024							
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 69/2024							
DATA: 23/05/2024	PROTOKOLO: 52240 / 2024						
PROCESSO: 176							
CONTRATANTE							
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA							
CONTRATADO(A)							
Fornecedor: ZENITE INFORMACAO E CONSULTORIA S/A							
CNPJ: 86.781.069/0001-15	Insc. Estadual:						
Endereço: SETE DE SETEMBRO, 4698							
Bairro: BATEL	Cidade: Curitiba - PR						
Telefone:	CEP: 80.240-000						
OBJETO							
Contratação da Zenite para inserção dos servidores no "Seminário Nacional 40 Orientações Práticas para aplicar a NLLC", pois disponibiliza o conhecimento técnico e específico do assunto na prática através de conceituados professores e agentes públicos especialistas na área aptos a dirigir as atividades da equipe trazendo segurança técnica na execução dos pareceres							
JUSTIFICATIVA							
artigo 74, III alínea "D" da Lei 14.133/2021							
DESPESA							
Programática	Fonte						
1300504122025623563390390000	1000						
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA							
ITEM(S)							
Lot	Orde	Item	Descrição	Unidade	Qtde.	V. Unitário	V. Total
1	1	132576	Contratação da Zenite para inserção dos servidores no "Seminário Nacional 40 Orientações Práticas para aplicar a NLLC".	SVC	1,00	22.781,00	22.781,00
Total:							22.781,00
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL							
GUSTAVO SCHEMIM DA MATTA							
Procurador Geral do Município							

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA/PR
Resultado final – Dispensa de licitação nº 15/2024

O Município de Ponta Grossa/PR, com base na Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações posteriores, analisando o processo realizado sob a modalidade Dispensa de licitação nº 15/2024, para **Contratação de serviços de manutenção de equipamento da loja do Mercados da Família Santa Paula** realizado em 15/04/2024, nada havendo irregular, segue o resultado final do procedimento:

LOTE 01 - DESERTO.

Ponta Grossa/PR, 24 de maio de 2024.

IZALTINO CORDEIRO DOS SANTOS
Secretário Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento

PROGRAMÁTICA		Fonte	Descrição
0400811332001320213390390000		1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

ITEM(S)							
Lot	Orde	Item	Descrição	Unidade	Qtde.	V. Unitário	V. Total
1	1	132588	Termo de cooperação técnica.	SVC	1,00	0,00	0,00
Total:							0,00

Art. 75, VIII, Lei 14133/21

CLICIANE LUCIA GARCZAREK TORRES PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Recursos Humanos

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

Visconde de Taunay, nº 950 – Telefone: (42)3220-1000 – CEP: 84051-000 Ponta Grossa – PR

DECISÃO DE 1ª INSTÂNCIA

DECISÃO DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS, EM PROCESSO ADMINISTRATIVO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE À CONTRATADA/ LICITANTE.

Protocolado Municipal nº. SE1018286/2024

Contratada/Licitante: **Fernando Pereira Eireli**

Secretaria Interessada: **Secretaria Municipal de Educação**

• **Relatório**

O processo foi iniciado pelo Departamento de administrativo da Secretaria Municipal de Educação, em virtude de não entrega dos materiais constantes dos empenhos 21967/2023, 21968/2023 e 21969/2023 (eletrodomésticos) que tinham origem na ata de registro 174/2023. A contratada foi notificada várias vezes para realizar a entrega dos materiais, porém sem êxito.

Intimada por e-mail e publicação no diário oficial do Município em 01 de março do corrente ano, não apresentou defesa. Então a diretora do departamento de compras e contratos deu por concluída a fase instrutória, enviando os autos para a competente análise jurídica. Por sua vez, o procurador do município, através do parecer jurídico n.642/2024 (mov.444835), orientou pela procedência do pedido de penalização da intimada, com aplicação de multa de 20% (vinte por cento) referente a inexecução total dos empenhos e concomitantemente suspensão da intimada ao direito de contratar com a Administração Pública Municipal.

Nesse estado chegaram os autos para decisão, de acordo com o art. 26 do Decreto Municipal já referido.

• **Fundamentação**

Na forma do Parecer Jurídico atinente, temos que o Processo Administrativo em epígrafe foi regularmente instaurado, bem como assegurados o contraditório e a ampla defesa, nos termos da Constituição Federal e especificamente na Lei Municipal 8.393/2005.

• **Dispositivo**

Fundamenta o presente procedimento, o disposto na Lei Municipal 8.393/2005 em seu artigo 4º, inc. II e o Decreto Municipal 1990/2008 no seu artigo 12, II, **in verbis**:

Dispositivos referentes à multa:

Art. 4º - *caberá multa:*

II - de 20% (vinte por cento) do valor global da empenha e/ou contrato, pela inexecução total do ajuste, e em caso de rescisão contratual por inadimplência do contratado;

Art. 12 *Caberá multa de:*

II - de 20% (vinte por cento) do valor global da empenha e/ou contrato, pela inexecução total do ajuste, e em caso de rescisão contratual por inadimplência do contratado;

Fundamenta quanto a suspensão, o disposto no Decreto Municipal 1990/2008

Art. 14 *A suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração será aplicada nas seguintes hipóteses:*

...

III - ao contratado que incorrer em falta grave na execução do contrato, ou, por sua ação ou omissão deixar de cumprir obrigação assumida na proposta, causando prejuízo ao erário público ou à Administração.

Após os dispositivos legais transcritos, fundamentada nos fatos narrados no presente protocolado, pela fiscal e também conforme o parecer jurídico anteriormente citado, que fazem parte integrante dessa decisão, condeno a contratada ao pagamento de multa de 20% (vinte por cento) sobre o total dos empenhos 21967, 21968 e 21969/2023. Quanto a suspensão, fundamentada na inexecução do presente e também de outros 02 (dois) processos (SE1094561 e SE1094571/2023) que demonstram a patente reincidência na inadimplência, condeno a empresa na suspensão temporária do direito de contratar com a Administração Municipal, pelo período de 02 (anos), contados do trânsito em julgado desta. Portanto, seja realizada a devida publicação dessa decisão, para atendimento do art. 27 do Decreto Municipal 1990/2008 em observância ao prazo recursal.

Ponta Grossa, 15 de maio de 2024.

Documento assinado digitalmente
CLICIANE LUCIA GARCZAREK TORRES PEREIRA
Data: 15/05/2024 12:28:50
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

CLICIANE LUCIA GARCZAREK TORRES PEREIRA
Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos

CONTRATOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 043/2024

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
CONTRATADA: DAIANA KOLODA SCHEIFER EIRELI
OBJETO: Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios CARNES destinados a suprir as necessidades dos Centros Conveniados de Educação Infantil (CEIs) e dos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs), Escolas Municipais e Centros Conveniados (Ensino Fundamental) constantes no censo escolar 2022, clientela 2023 para o ano letivo de 2023, do Município de Ponta Grossa
VALOR: R\$ 541.107,42 (quinhentos e quarenta e um mil, cento e sete reais e quarenta e dois centavos).
PRAZO: 12 (doze) meses
FORO: Comarca de Ponta Grossa, Estado do Paraná.
LICITAÇÃO: Pregão nº 125/2023

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 044/2024

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
CONTRATADA: JOAO VITOR AVELINO DE LARA
OBJETO: Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios CARNES destinados a suprir as necessidades dos Centros Conveniados de Educação Infantil (CEIs) e dos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs), Escolas Municipais e Centros Conveniados (Ensino Fundamental) constantes no censo escolar 2022, clientela 2023 para o ano letivo de 2023, do Município de Ponta Grossa
VALOR: R\$ 3.098.569,47 (três milhões e noventa e oito mil, quinhentos e sessenta e nove reais e sete centavos).
PRAZO: 12 (doze) meses
FORO: Comarca de Ponta Grossa, Estado do Paraná.
LICITAÇÃO: Pregão nº 125/2023

TERCEIRO ADITIVO AO CONTRATO DE EMPREITADA Nº 300/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
CONTRATADA: UEME CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA
CLÁUSULA PRIMEIRA: Em razão da execução de serviços extras, fica acrescido o valor contratual, aludido na cláusula terceira do instrumento originário, em R\$ 40.893,31 (Quarenta mil, oitocentos e noventa e três reais e trinta e um centavos).

CONTRATO Nº 303/2024

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
CONTRATADA: ELOTECH GESTÃO PÚBLICA LTDA
OBJETO: prestação de serviços de locação, implantação e manutenção de sistema de gestão de Assinatura Digital, Módulo Diário Oficial e Plataforma Governo Digital.
VALOR: R\$ 682.400,00 (seiscentos e oitenta e dois mil e quatrocentos reais)
PRAZO: 12 (doze) meses
FORO: Comarca de Ponta Grossa, Estado do Paraná.
LICITAÇÃO: Inexigibilidade de Licitação nº 61/2024

CONTRATO Nº291/2024

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
CONTRATADA: IMPLERE INFRAESTRUTURA URBANA LTDA
OBJETO: Pavimentação de vias urbanas em CBUQ, 7.933,41 m2, incluindo serviços preliminares, terraplenagem, base e sub-base, revestimento, meio-fio e sarjeta, urbanização, sinalização de trânsito, drenagem e ensaios tecnológicos. Trecho: - RUA LAGOA DA BOA ÁGUA entre as Ruas Raimundo Correia e Lagoa dos Bandeirantes; - RUA LAGOA DOS

PATOS entre as Ruas Raimundo Correia e Lagoa da Boa Água; - RUA LAGOA DO BONFIM entre as Ruas Raimundo Correia e Lagoa da Boa Água; - RUA LAGOA DE ITAIPU entre as Ruas Raimundo Correia e Lagoa da Boa Água; - RUA LAGOA DOURADA entre as Ruas Lagoa do Bonfim e Lagoa Mirim
VALOR: R\$ 2.030.640,00 (dois milhões trinta mil seiscentos e quarenta reais)
PRAZO: Execução 270 (duzentos e setenta) dias Vigência 540 (quinhentos e quarenta) dias
FORO: Comarca de Ponta Grossa, Estado do Paraná.
LICITAÇÃO: Concorrência 017/2023

CONTRATO Nº 292/2024

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
CONTRATADA: IMPLERE INFRAESTRUTURA URBANA LTDA
OBJETO: pavimentação de vias urbanas em CBUQ, 3.530,61 m2, incluindo serviços preliminares, terraplenagem, base e sub-base, revestimento, meio-fio e sarjeta, urbanização, sinalização de trânsito, drenagem e ensaios tecnológicos. Trecho: - RUA PRATA entre as Ruas Dalomita e Prazio; - AVENIDA OURO VERDE entre as Ruas Hermelino da Silva e Lavino Domingues Stadler; - RUA LUIZ SOZIM entre as Ruas Dalomita e Esmeralda Verde.
VALOR: R\$ 907.377,77 (novecentos e setenta e sete mil trezentos e setenta e sete reais e setenta e sete centavos)
PRAZO: Execução 240 (duzentos e quarenta) dias Vigência 480 (quatrocentos e oitenta) dias
FORO: Comarca de Ponta Grossa, Estado do Paraná.
LICITAÇÃO: Concorrência Pública nº 023/2023

CONTRATO Nº 293/2024

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
CONTRATADA: ARENA PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA
OBJETO: é a execução de execução de Pavimentação de vias urbanas em CBUQ, 29.251,16 m², incluindo serviços preliminares, terraplenagem, base e sub-base, revestimento, meio-fio e sarjeta, urbanização, sinalização de trânsito, iluminação, drenagem e ensaios tecnológicos. Trechos: - RUA RIO AMAZONAS (Trecho 01) entre as Ruas Rio São Francisco e Rio Itararé; - RUA RIO AMAZONAS (Trecho 02) entre as Ruas Rio Araguaia e Rio Nilo; - RUA IZABEL OSSOWSKI (Trecho 01) entre as Ruas Rio São Francisco e Rio Santa Rita; - RUA IZABEL OSSOWSKI (Trecho 02) entre as Ruas Rio Paranapanema e Rio Nilo; - RUA RIO SANTA RITA entre as Ruas Isabel Ossowski e Rio Amazonas; - RUA RIO NOVO entre as Ruas Isabel Ossowski e Rio Danúbio; - RUA LEONORA SZIMANECK entre as Ruas Isabel Ossowski e Rio Amazonas; - RUA RIO TIETÊ entre as Ruas Rio Amazonas e Antonina Szathowski; - RUA RIO SENA entre as Ruas Rio Amazonas e Antonina Szathowski; - RUA RIO ITARARÉ entre as Ruas Isabel Ossowski e Rio Amazonas; - RUA RIO PARANAPANEMA entre as Ruas Rio Amazonas e Antonina Szathowski; - RUA RIO SÃO FRANCISCO entre as Ruas Rio Amazonas e Antonina Szathowski; - RUA ANTONINA SZATHOWSKI entre as Ruas Rio Danúbio e Rio Nilo; - RIO DANÚBIO entre as Ruas Isabel Ossowski e Rio Amazonas
VALOR: R\$ 7.483.892,56 (sete milhões quatrocentos e oitenta e três mil oitocentos e noventa e dois reais e cinquenta e seis centavos)
PRAZO: execução 360 (trezentos e sessenta) dias, Vigência 720 (setecentos e vinte) dias
FORO: Comarca de Ponta Grossa, Estado do Paraná.
LICITAÇÃO: Concorrência Pública Nº 019/2023

SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 519/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
CONTRATADA: EDILEIA APARECIDA ZACHESKY DA SILVA
CLÁUSULA PRIMEIRA: Acordam as partes em prorrogar o prazo, aludido na cláusula sexta do instrumento originário, em mais 60 (sessenta) dias, de 11/05/2024 a 10/07/2024.
CLÁUSULA SEGUNDA: Em razão da renovação do contrato por mais 60 (sessenta) dias, fica acrescido ao valor contratual, aludido na cláusula terceira do instrumento originário, R\$ 6.240,00 (seis mil, duzentos e quarenta reais).

CONTRATO Nº 304/2024

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
CONTRATADA: P S GERENCIAL DE NEGÓCIOS LTDA
OBJETO: Lote 01 - prestação de serviços comuns terceirizados de limpeza, conservação, higienização, asseio diário e auxiliar de cozinha com fornecimento exclusivo de mão de obra a serem executados nas unidades específicas, administradas pela Secretaria de Educação
VALOR: R\$ 3.199.966,56 (três milhões cento e noventa e nove mil novecentos e sessenta e seis reais e cinquenta e seis centavos)
PRAZO: 12 (doze) meses
FORO: Comarca de Ponta Grossa, Estado do Paraná.
LICITAÇÃO: Pregão nº 214/2023

CONTRATO Nº 305/2024

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
CONTRATADA: P S GERENCIAL DE NEGÓCIOS LTDA
OBJETO: prestação de serviços comuns terceirizados de limpeza, conservação, higienização, asseio diário e auxiliar de cozinha com fornecimento exclusivo de mão de obra a serem executados nas unidades específicas, administradas pela Secretaria de Educação
VALOR: R\$ 3.549.973,44 (três milhões quinhentos e quarenta e nove mil novecentos e setenta e três reais e quarenta e quatro centavos)
PRAZO: 12 (doze) meses
FORO: Comarca de Ponta Grossa, Estado do Paraná.
LICITAÇÃO: Pregão nº 214/2023

PRIMEIRO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 205/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
CONTRATADA: VEM COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA
CLÁUSULA PRIMEIRA: Em decorrência da quebra do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, fica alterado a partir do dia 14/03/2024, o valor referente ao lote 13, constante no anexo I, do instrumento originário, totalizando o valor do aditivo em R\$ 42.702,12 (quarenta e dois mil setecentos e dois reais e doze centavos) que passa a ser da seguinte forma:

Lote	Item	Quantidade reequilibrada	Unidade	Descrição	Marca/Espec.	Valor Unit. reequilibrado
13	1	24.972	KG	BANANA CATURRA - 1ª qualidade	CEASA CFE EDITAL	R\$ 4,2000
				Unidades com peso médio de até 130 gramas, entregues em caixas plásticas em bom estado de higienização, frutos com grau de maturação uniforme, textura firme.		

QUARTO ADITIVO AO CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 164/2021

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
CONTRATADA: C. A. C. COMÉRCIO DE PAPEIS LTDA
CLÁUSULA PRIMEIRA: Acordam as partes em prorrogar o prazo, aludido na cláusula sexta do instrumento originário, em mais 12 (doze) meses, de 02/06/2024 a 02/06/2025.
CLÁUSULA SEGUNDA: Em razão da renovação do contrato por mais 12 (doze) meses, fica acrescido ao valor contratual, aludido na cláusula terceira do instrumento originário R\$ 622.252,35 (seiscentos e vinte e dois mil duzentos e cinquenta e dois reais e trinta e cinco centavos), sendo o novo valor da resma de papel, conforme reequilíbrio R\$ 26,55 (vinte e seis reais e cinquenta e cinco centavos).

PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 054/2024

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
CONTRATADA: GIRO COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA
CLÁUSULA PRIMEIRA: Acordam as partes em prorrogar o prazo, aludido na cláusula sexta do instrumento originário, em mais 90 (noventa) dias, de 23/05/2024 a 21/08/2024.
CLÁUSULA SEGUNDA: Em razão da renovação do contrato por mais 90 (noventa) dias, fica acrescido ao valor contratual, aludido na cláusula terceira do instrumento originário, R\$ 17.450,00 (dezesete mil, quatrocentos e cinquenta reais).

PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 130/2024

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
CONTRATADA: P S GERENCIAL DE NEGÓCIOS LTDA
CLÁUSULA PRIMEIRA: Em razão da execução de serviços extras, fica acrescido o valor contratual, aludido na cláusula terceira do instrumento originário, em 10,54% - R\$28.110,30 (vinte e oito mil cento e dez reais trinta centavos) mensais, sendo o valor total do aditivo de 337.323,60 (trezentos e trinta e sete mil trezentos e vinte e três reais e sessenta centavos):

Lote	Ordem	Descrição	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
3	5	03 Posto de trabalho - servente de limpeza com adicional de insalubridade - 08 horas diárias, 40 semanais.	PRÓPRIA	SVÇ	12	12.214,38	146.572,56
3	6	01 Posto de trabalho - servente de limpeza - 08 horas diárias, 40 semanais.	PRÓPRIA	SVÇ	12	3.118,90	37.426,80
3	7	04 Posto de trabalho - auxiliar de cozinha - 08 horas diárias, 40 semanais.	PRÓPRIA	SVÇ	12	12.777,04	153.324,48

SMC

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

CREDECIMENTAMENTO**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 11/2024****INEXIGIBILIDADE Nº 63/2024.**

MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Visconde de Taunay, nº 950. CEP: 84051-900, inscrito no CNPJ sob o nº 76.175.858/0001-87, neste ato representado pelo Sr. Alberto Schramm Portugal, matrícula funcional nº 28816, Secretário Municipal de Cultura, no uso de suas prerrogativas legais e em conformidade com o arts. 74, IV, 79, I da Lei nº 14.133/2021, através do Diário Oficial do Município, torna público para conhecimento dos interessados, que estará procedendo ao:

O presente credenciamento é baseado no art. 74, IV e art. 79 ambos da Lei nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 21.500/2023, Decreto Municipal nº 21.635/2023, Lei Complementar nº 123/2006, Lei nº 12.846/2013, Lei nº 8.078/1990 e Lei nº 8.080/1990, todas com as alterações posteriores e demais legislação aplicável.

1 DO OBJETO E DOS VALORES

1.1 Constitui objeto do presente Edital o **CREDECIMENTAMENTO** de Contratação de serviços especializados em avaliação técnica, análise de mérito e emissão de parecer relativo a projetos culturais por pessoas físicas com qualificação técnica na área que realizar a inscrição, e todo o descritivo do serviço presente nos anexos por meio de Inexigibilidade de Licitação, pelo prazo de 12 (doze) meses.

LOTE 1 -
Valor Máximo do Lote: R\$5.000,00 (cinco mil reais).

Cód.Item	Ordem	Catmat/Catserv	Descrição	Unidade	Quantidade	Vlr Unitário	Vlr Total
132425	1	876	Análises e avaliações em projetos culturais, de 01 a 10	SVÇ	5	R\$ 1.000,00	5.000,

LOTE 2
Valor Máximo do Lote: R\$12.000,00 (doze mil reais).

Cód.Item	Ordem	Catmat/Catserv	Descrição	Unidade	Quantidade	Vlr Unitário	Vlr Total
132425	1	876	Análises e avaliações em projetos culturais, de 11 a 20	SVÇ	8	R\$ 1.500,00	12.000,00

LOTE 3
Valor Máximo do Lote: R\$12.500,00 (doze mil e quinhentos reais).

Cód.Item	Ordem	Catmat/Catserv	Descrição	Unidade	Quantidade	Vlr	Vlr Total
----------	-------	----------------	-----------	---------	------------	-----	-----------



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

						Unitário	
132425	1	876	Análises e avaliações em projetos culturais, de 21 a 50	SVÇ	5	R\$ 2.500,00	12.500,00

LOTE 4

Valor Máximo do Lote: R\$17.500,00 (dezesete mil e quinhentos reais).

Cód.Ítem	Ordem	Catmat/Catserv	Descrição	Unidade	Quantidade	Vir Unitário	Vir Total
132425	1	876	Análises e avaliações em projetos culturais, de 51 a 100	SVÇ	5	R\$ 3.500,00	17.500,00

LOTE 5

Valor Máximo do Lote: R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

Cód.Ítem	Ordem	Catmat/Catserv	Descrição	Unidade	Quantidade	Vir Unitário	Vir Total
132425	1	876	Análises e avaliações em projetos culturais. A partir de 100 projetos	SVÇ	5	R\$ 5.000,00	25.000,00

VALOR TOTAL MÁXIMO ESTIMADO PARA ESTE CREDENCIAMENTO: R\$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais).

1.2 Este credenciamento trata da hipótese de contratação paralela e não excludente, nos termos do art. 79, I da Lei 14.133/2021, caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas.

2 COMPÕEM ESTE EDITAL OS ANEXOS

Anexo 01 - Modelo de requerimento de Credenciamento

Anexo 02 - Termo de Referência do Objeto

Anexo 03 - Modelo de declarações conjuntas

Anexo 04 - Minuta de Contrato

3 DATAS DE RECEBIMENTO e ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DOS INTERESSADOS

3.1 O recebimento dos documentos terá início na data da publicação do aviso de edital no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), e permanecerá aberto pelo período mínimo de 30 (trinta) dias.

3.2 A primeira análise dos documentos dos interessados no credenciamento ocorrerá em até 5 (cinco) dias úteis após o encerramento do prazo do item 2.1.

3.3 O credenciamento permanecerá aberto a futuros interessados que preencherem as



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

condições previstas nesse edital, pelo prazo de 12 (doze) meses, em conformidade com o artigo 79, parágrafo único, inciso I da Lei 14.133/2021.

4 ACESSO

4.1 O trâmite do presente procedimento estará disponível no site oficial do Município - Portal da Transparência e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) com informações sobre Licitações, sendo de responsabilidade exclusiva dos interessados a obtenção ou consulta dos documentos disponibilizados.

4.2 Após o período de recebimento da documentação que será encaminhada online, via formulário de inscrição com link disponível no site da Secretaria Municipal de Cultura, outros interessados poderão encaminhar, na forma prevista no Edital a documentação necessária para ingressar no credenciamento, enquanto perdurar a vigência deste credenciamento.

4.3 Os requerimentos encaminhados após o prazo estabelecido serão objetos de apreciação nas sessões públicas subsequentes, que serão realizadas 1 (uma) vez a cada 60 (sessenta) dias.

4.3.1 O credenciamento após o prazo inicial não garante quantitativo suficiente, exceto quando houver saldo para o determinado item, em casos de desistência ou rescisão contratual.

5 CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO CHAMAMENTO

Data para recebimento dos documentos de habilitação e de propostas de preços -1ª FASE	Imediatamente a partir da data da publicação do aviso de edital
Análise da documentação relativa a habilitação	Até 05 (cinco) dias úteis após o encerramento da fase de entrega dos documentos
Divulgação dos resultados	A medida que forem chegando as inscrições

6 IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE CHAMAMENTO

6.1 Qualquer pessoa poderá impugnar o presente edital, com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis da data-limite de abertura da habilitação e proposta, exclusivamente, por meio do endereço de e-mail: elocremma@gmail.com

6.2 Quaisquer esclarecimentos e/ou dúvidas deverão ser encaminhadas, também, de forma escrita, clara, concisa e com identificação do referido processo e modalidade, até 03 (três) dias úteis anteriores à data-limite de abertura da habilitação e proposta, exclusivamente, por meio do endereço de e-mail: elocremma@gmail.com

6.3 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no edital. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados serão juntados nos autos do processo de chamamento público e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

6.4 Eventual modificação no edital, decorrente das impugnações ou dos pedidos de esclarecimentos, ensejará divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, alterando-se o prazo inicialmente estabelecido somente quando a alteração afetar a formulação das propostas ou o princípio da isonomia.

6.5 Não sendo formulado pedido de esclarecimento ou impugnação nos prazos acima se pressupõe que os elementos fornecidos são suficientemente claros e precisos para permitir a apresentação dos documentos de habilitação e das propostas, sem a possibilidade de questionamentos posteriores.

6.6 Não serão acatadas reclamações fundamentadas na falta de conhecimento das informações nele disponibilizadas.

7 DAS CONDIÇÕES PARA O CREDENCIAMENTO:

7.1 Poderão participar do presente credenciamento **pessoas jurídicas e/ou pessoas físicas** que estejam legalmente estabelecidas na forma da Lei, para desenvolverem as atividades, e que apresentarem corretamente a documentação exigida, concordando com os valores propostos pela



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

Administração Municipal, conforme condições do edital.

7.2 Independentemente de declaração expressa, a manifestação do interesse em participar do presente CREDENCIAMENTO implicará na submissão às normas vigentes e a todas as condições estipuladas neste Edital e em seus anexos.

7.3 Não poderão pleitear a participação neste credenciamento público:

- a) aqueles que não atenderem às exigências e condições do edital e seus anexos;
- b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco) por cento do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- c) empresas Concordeárias, ou que estejam submetidas a processo de recuperação judicial, salvo neste caso, desde que comprove mediante certidão do juízo da recuperação condições financeiras para atender o objeto da contratação, ou extrajudicial, ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
- d) empresas punidas com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, durante o prazo estabelecido para a penalidade;
- e) empresas que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, durante o prazo estabelecido para a penalidade;
- f) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, controle interno ou que dele seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- g) não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021.

8 DO REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO

8.1 Os requerimentos de credenciamento, conforme modelo constante do ANEXO I deverão ser apresentados pelos interessados com os documentos de habilitação para pré-qualificação.

8.1.1 As informações prestadas, assim como a documentação enviada, são de inteira responsabilidade do interessado, cabendo-lhe certificar-se, antes de sua inscrição, de que atende todos os requisitos exigidos para participar do processo de credenciamento.

8.1.2 A apresentação do requerimento de inscrição implica no aceite integral e irrevogável de todas as condições estabelecidas no Edital por parte do interessado e a submissão, independentemente de declaração expressa, a todas as normas e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

8.1.3 O requerimento ou os documentos apresentados incompletos, vencidos e/ou em desacordo com o estabelecido neste Edital, serão considerados inaptos, caso não seja possível a sua regularização ou, ainda, mantidos nos respectivos autos a fim de que se corrijam as pendências ou as irregularidades apontadas pela Comissão.

9 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1 Habilitação Jurídica

- a) Cópia RG, CPF;
- b) Comprovante de endereço
- c) apresentar a Certidão Negativa Correioal (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM) emitida pela Controladoria Geral da União do CPF do licitante.



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

- e) cadastro de Restrições ao Direito de Contratar / Exercer Cargo em Comissão - TCE/PR <https://www1.tce.pr.gov.br/conteudo/cadastro-de-restricoes-ao-direito-de-contratar-exercer-cargo-em-comissao/229098/area/251>;
- f) cadastro de Empresas/pessoa física Penalizadas - PMPG/PR <https://servicos.pontagrossa.pr.gov.br/portaltransparencia/1/fornecedores/suspensos>

9.2 Regularidade Fiscal

- a) prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
- b) prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente;
- b.1) no caso de municípios que mantêm Cadastro Mobiliário e Imobiliário separados, deverão ser apresentados os comprovantes referentes a cada um dos cadastros;
- c) prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente;
- d) prova de Regularidade relativa à Fazenda Nacional, Dívida Ativa da União e Contribuições Previdenciárias, através da Certidão de Débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, compreendendo os tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal, fornecida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
- e) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943. (Inciso incluído pela Lei nº 12.440/2011);

9.3 Declaração, assinada da proponente, conforme modelos anexos:

- a) não há superveniência de fato impeditivo para a habilitação da proponente, sob as penas cabíveis, nos termos da Lei nº 14.133/2021;
- b) não foi declarada inidônea e não suspensa para licitar por nenhum órgão federal, estadual ou municipal;
- c) declaração de não possuir vínculo com agentes que atuem na licitação
- d) declaração de Responsabilidade, Conformidade e Aceite;

9.3.1 As declarações deverão ser assinadas, podendo ser de forma física ou digital, pelo representante legal da proponente, com identificação com data.

9.3.2 Poderá ser utilizado os modelos das declarações presente nos anexos deste edital.

9.3.3 As declarações falsas relativas ao cumprimento de habilitação, à conformidade da proposta, sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital, sem prejuízo das sanções cíveis e criminais.

9.4 Qualificação Técnica

- a) Apresentar Curriculum Vitae, diplomas, cursos e releases e portfólio.

10 PROPOSTA DE PREÇOS

10.1 A Proposta de Preços deverá ser formulada conforme os critérios objetivos de distribuição de demanda:

- a) em 01 (uma) via, contendo a identificação, datada e assinada por seu representante legal;
- b) discriminação completa da descrição dos serviços a serem prestados, conforme especificações constantes do objeto deste Credenciamento;
- c) preço unitário e total, devendo ser cotado em Real e com até duas casas decimais após a vírgula.



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

11 INFORMAÇÕES ADICIONAIS PARA A DOCUMENTAÇÃO

- 11.1** Todos os documentos deverão ser apresentados em plena validade, podendo a Comissão, realizar consultas on-line via internet, para verificar a sua autenticidade.
- 11.2** Não serão aceitos protocolos de solicitação de certidões ou licenças em repartições públicas para substituir documentos aqui exigidos.
- 11.3** Os documentos expedidos via internet ficarão condicionadas à confirmação de suas autenticidades mediante consulta on-line no respectivo site eletrônico.
- 11.4** Os documentos que não tenham a sua validade expressa e/ou legal serão considerados válidos pelo prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua emissão.
- 11.5** Durante a vigência do credenciamento é obrigatório que os credenciados mantenham regularizadas todas as condições de habilitação e que informem toda e qualquer alteração na documentação referente à sua habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira e regularização fiscal relacionadas às condições de credenciamento, conforme o caso.
- 11.6** Para manutenção das condições referidas no item anterior, o Agente de Contratação ou a Comissão de Credenciamento, a seu critério, poderá convocar os credenciados para reapresentação da documentação ou para suas atualizações.
- 11.7** É assegurado o direito ao contraditório e a ampla defesa aos interessados não credenciados na fase de habilitação inicial ou descredenciados durante sua vigência.
- 11.8** Aos inabilitados será possível ingressar com nova inscrição – em oportunidade futura – enquanto vigente o prazo deste Chamamento.
- 11.9** Destaca-se que por tal instrumento não permitirá a subcontratação do objeto.
- 11.10** Desde que presente na data informada para a abertura de documentos, aquele (a) que representar a pessoa física, deverá apresentar a comissão de credenciamento, sob pena de não poder manifestar-se, a cédula de identidade ou documento equivalente com foto, para verificação *in loco*, conforme a Lei nº 13.726/2018, bem como procuração específica que lhe confira poderes para praticar atos pertinentes ao certame.

12 COMISSÃO DE CREDENCIAMENTO

- 12.1** A análise e o julgamento dos requerimentos de credenciamento e os documentos de habilitação serão realizados pela Comissão de Credenciamento, instituída pela Portaria nº 23.706/2024.
- 12.2** Ao avaliar os requerimentos de credenciamento e a documentação, a Comissão levarão em consideração todas as condições e exigências estabelecidas no Edital.
- 12.3** Das decisões da Comissão cabe recurso na forma do Decreto Municipal nº 21.500/2023, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis da publicação do resultado do julgamento no Diário Oficial do Município.

13 SESSÃO PÚBLICA DE ANÁLISE E JULGAMENTO (PRÉ-QUALIFICAÇÃO)

- 13.1** No prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após o recebimento da documentação para o credenciamento pelos interessados via formulário online, na sede da Secretaria Municipal, a Comissão de Credenciamento, procederá a análise das documentações a Comissão de Credenciamento procederá a análise das documentações a partir de cinco dias úteis através da análise documental, tendo em vista todos os pontos do edital de Chamamento.
- 13.2** Na sessão poderão ser solicitados esclarecimentos, retificações e complementações da documentação ao interessado, devendo fixar prazo para tal mister.

14 CLASSIFICAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DAS DEMANDAS

- 14.1** Os interessados poderão ser credenciados em mais de um SERVIÇO dos lotes, obedecidas as regras de distribuição das demandas.

Página 6 | SEI nº /2024 - Credenciamento nº 000/2024 - Inexigibilidade nº 000/2024



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

- 14.2** A distribuição das demandas fica vinculada ao quantitativo estabelecido no Edital e será realizada na Sessão Pública, por ordem de inscrição, considerada a data em que todos os documentos exigidos no edital forem apresentados na sua completude e regularidade; ou por sorteio, por ródzio.
- 14.3** Os interessados pelo mesmo item receberão de forma igualitária a divisão do quantitativo total previsto no edital.
- 14.4** O interessado que atender a todos os requisitos previstos no Edital de Credenciamento será julgado habilitado e, portanto, credenciado no órgão ou entidade contratante, encontrando-se apto a prestar os serviços aos quais se candidatou.
- 14.5** O resultado da pré-qualificação será publicado no Diário Oficial do Município e divulgado no site oficial do Município.
- 14.6** Os novos credenciados que ingressarem posteriormente à sessão pública já definida serão posicionados no quadro de espera, logo após o último credenciado e será agendada nova sessão para distribuição do serviço quando houver demanda, podendo ser chamado por interesse da Administração.
- 14.7** Durante a vigência do Edital de Credenciamento a Secretaria Municipal, a seu critério, poderá convocar por ofício os credenciados para nova análise de documentação. Nessa ocasião serão exigidos os documentos que comprovem a manutenção das condições apresentadas quando da pré-qualificação do interessado.

15 DOS RECURSOS

- 15.1** Da decisão da Comissão caberá recurso, com efeito suspensivo, limitando-se às questões de habilitação ou inabilitação, considerando, exclusivamente a documentação apresentada no ato da inscrição, não sendo levado em conta os documentos eventualmente anexados na fase recursal.
- 15.2** O prazo para interposição de eventuais recursos contra o resultado de julgamento da documentação é de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à da publicação do ato no Diário Oficial do Município, desde que não haja renúncia expressa por parte dos representantes das proponentes presentes à sessão se nesta for divulgado o julgamento.
- 15.3** O(s) recurso(s), por escrito, deverá(ão) ser encaminhado através de formulário disponível no site da Secretaria Municipal de Cultura.
- 15.4** Após receber o(s) recurso(s), instruirá o(s) processo(s) e notificará o(s) outro(s) interessados sobre a interposição, para que, querendo, apresentem contrarrazões, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
- 15.5** Transcorrido o prazo para apresentação de contrarrazões, a Comissão encaminhará os autos devidamente motivados para parecer jurídico e a autoridade competente para deliberação final.
- 15.6** A decisão final sobre o(s) recurso(s) será divulgada em Diário Oficial do Município.

16 DA HOMOLOGAÇÃO

- 16.1** Constatado o atendimento de todas as exigências fixadas no Edital, tanto no tocante à documentação apresentada, inclusive, quanto a eventuais recursos, os autos serão remetidos à autoridade superior para homologação do resultado do certame, podendo, ainda, revogar por interesse público ou anulá-la se constatada alguma irregularidade.
- 16.2** Com a homologação do certame serão considerados efetivamente credenciados todos os interessados que atenderam às especificações deste Edital e seus anexos, conforme resultado publicado no PNCP.
- 16.3** O credenciamento não garante sua efetiva contratação.

17 ASSINATURA DO TERMO DE CONTRATO

- 17.1** A contratação do credenciado somente poderá ocorrer por vontade do órgão e desde que o credenciado esteja em situação regular perante as exigências de habilitação para o credenciamento.
- 17.2** O credenciamento será formalizado mediante termo próprio, contendo as cláusulas e condições previstas neste Edital, bem como aquelas previstas na Lei nº 14.133/2021, que lhe forem pertinentes, anexo 03 (três) do edital.
- 17.3** O credenciado terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato.
- 17.4** O prazo previsto para assinatura poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada, aceita pela Administração.

Página 7 | SEI nº /2024 - Credenciamento nº 000/2024 - Inexigibilidade nº 000/2024



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

18 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 18.1** As despesas dos serviços decorrentes deste credenciamento serão suportadas pelas seguintes dotações orçamentárias:
- 16.002.13.392.0083.2.152.3.3.90.36.00.00. - 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA

19 DO PAGAMENTO

- 19.1** O pagamento será realizado em conformidade com o termo de referência.
- 19.2** O pagamento das obrigações contratadas observará a ordem cronológica de exigibilidade, nos termos do art. 141 da Lei 14.133/2023 e art. 85 do Decreto Municipal nº 21.500/2023, cujos prazos serão limitados a:
- a) 30 (trinta dias) úteis para a liquidação da despesa, a contar do recebimento da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração; e
- b) 30 (trinta dias) úteis para pagamento, a contar da liquidação da despesa;
- 19.2.1** O prazo para o pagamento será ampliado por igual período correspondente do atraso no envio da prestação de contas.
- 19.3** O pagamento somente será efetuado se a Nota Fiscal ou Nota Fiscal Fatura estiver atestada pela fiscalização.
- 19.3.1** A nota fiscal deverá ser emitida posteriormente à emissão do empenho, acompanhada dos seguintes comprovantes devidamente quitados, já exigíveis, em cópia, respeitada a periodicidade de exigência dos documentos:
- a) ofício de solicitação de pagamento contendo os dados bancários;
- b) cópia do Termo de Contrato e aditivos;
- c) certidões de regularidade com as Fazendas Públicas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da empresa, bem como da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e Seguridade Social;
- 19.4** Na ocorrência de rejeição da Nota Fiscal, motivada por erros ou incorreções, o prazo para pagamento passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação, devidamente corrigida.
- 19.5** Nenhum pagamento será efetuado a Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito a alteração de valor ou a compensação financeira.

20 DA VIGÊNCIA

- 20.1** O prazo de vigência deste credenciamento é de 12 (doze) meses, contados a partir da publicação do edital no PNCP.
- 20.2** O Termo de Contrato oriundo deste credenciamento terá prazo inicial de vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua publicação em PNCP, podendo ser prorrogado por períodos iguais, até o limite máximo de 5 (cinco) anos, conforme previsto no art. 105 da Lei nº 14.133/2021, por mútuo acordo entre as partes, mediante Termo Aditivo, desde que caracterizada a conveniência administrativa e haja interesse da CONTRATANTE, expressamente demonstrados, com a anuência do CREDENCIADO.
- 20.3** Caso não haja interesse pela renovação do Termo Credenciamento a outra parte deverá ser notificada com 30 (trinta) dias de antecedência a data do vencimento.
- 20.4** Os valores pactuados no credenciamento não serão reajustados antes de decorrido 12 (doze) meses, contados da data do mapa de preços, sendo que o índice a ser adotado para reajuste será o IPCA, após cada período de 12 (doze) meses, mediante solicitação.

21 DA SUBCONTRATAÇÃO

Página 8 | SEI nº /2024 - Credenciamento nº 000/2024 - Inexigibilidade nº 000/2024

- 21.1** Não será admitida a subcontratação, seja total ou parcial, do objeto do credenciamento.

22 FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO TERMO DO CONTRATO

- 22.1** O CONTRATANTE, por meio de nomeação, exercerá a gestão e a fiscalização sobre a execução dos serviços acordados, podendo solicitar informações para a CONTRATADA em qualquer momento, que entender necessário.
- 22.2** A fiscalização é a gestão dos termos de contrato serão exercidas por servidores efetivos, conforme atribuições previstas no Manual de Gestão e Fiscalização.

A fiscalização dos serviços e do termo de contrato ficará a cargo dos seguintes servidores:

FISCAL ADMINISTRATIVO

Nome: Fernando Antonio Bassetti Cestaro
Matrícula: 30311

FISCAL TÉCNICO

Nome: Nicole Emanuelle da Silva Nicolau
Matrícula: 31924

A gestão dos termos de contrato será exercida por:

GESTOR

Nome: Carlos Alexandre Martins Schneider
Matrícula: 29140

23 DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

- 23.1** A prestação de serviços se dará conforme previsto no Termo de Referência.

24 LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 24.1** Conforme previsto no Termo de Referência.

25 OBRIGAÇÕES DAS PARTES**25.1 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

Conforme previsto no Termo de Referência.

25.2 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Conforme previsto no Termo de Referência.

26 DESCRENCIAMENTO

- 26.1** O contratante poderá realizar o descredenciamento:
- a) quando a CONTRATADA perder as condições de habilitação;
- b) por descumprimento injustificado do contrato pela contratada;
- c) pela substancial alteração das condições de mercado;
- d) por relevante interesse do Município, devidamente justificado;
- e) sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade superveniente ao credenciamento;
- f) a pedido da contratada, mediante solicitação por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

Página 9 | SEI nº /2024 - Credenciamento nº 000/2024 - Inexigibilidade nº 000/2024



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

g) por comum acordo entre as partes.

26.2 No caso da alínea "f" acima, o pedido de descredenciamento não desincumbe a CONTRATADA da obrigação de cumprir os eventuais serviços já requisitados pelo Município e das responsabilidades a eles vinculadas, sendo cabível a aplicação das sanções administrativas previstas neste Edital em caso de irregularidade na execução dos respectivos serviços (total ou parcial).

27 DA RESCISÃO DO CONTRATO

27.1 Os casos de rescisão do contrato são os previstos na Lei n.º 14.133/2021;

27.2 O presente termo de contrato poderá ser rescindido por qualquer uma das partes, mediante notificação à outra, por escrito, com prazo mínimo de 30 (trinta) dias de antecedência;

28 DAS SANÇÕES APLICÁVEIS

28.1 Com fulcro na Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 21.635/2023 a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos credenciados as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- a) advertência;
- b) multa, a qual pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções;
- c) impedimento de licitar e contratar;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

28.1.1 Advertência

Será aplicada, por escrito, nas seguintes hipóteses:

- a) descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração à Lei quando não se justificar aplicação de sanção mais grave;
- b) inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da Administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave.

28.1.2 Multa compensatória

Será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, calculada da seguinte forma:

28.1.2.1 De 0,5% (cinco décimos por cento) a 1% (um por cento) do valor estimado da contratação, para aquele que:

- a) deixar de entregar a documentação exigida, porém não restar frustrado o certame;
- b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

28.1.2.2 De 2% (dois por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor contratado ou valor estimado da contratação:

- a) para aquele que deixar de entregar a documentação exigida, e em razão disso restar frustrado o certame;
- b) para aquele que não manter a proposta, e em razão disso restar frustrada a contratação;
- c) em caso de recusa do adjudicatário em assinar a ata de registro de preço, o Termo de Contrato ou documento equivalente, no prazo estabelecido;
- d) em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia contratual.

Página 10 | SEI nº /2024 - Credenciamento nº 000/2024 - Inexigibilidade nº 000/2024



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

28.1.2.3 De 11% (onze por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela do objeto não executada em caso de inexecução parcial do Termo de Contrato;

28.1.2.4 De 21% (vinte e um por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor contratado, em caso de:

- a) apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou declaração falsa durante a licitação ou a execução do Termo de Contrato;
- b) fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do Termo de Contrato;
- c) comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza;
- d) prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e) prática de ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013;
- f) entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;
- g) dar causa à inexecução parcial do Termo de Contrato que gere grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- h) dar causa à inexecução total do objeto do Termo de Contrato.

28.1.3 Multa moratória:

Não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso, limitando-se a 30% (trinta por cento) do valor contratado. O valor da multa de mora ou compensatória aplicada será:

- a) retido dos pagamentos devidos pelo órgão ou entidade;
- b) descontado do valor da garantia prestada;
- c) pago por meio de Documento de Arrecadação Municipal (DAM), expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda e encaminhada ao requerido para pagamento em 10 (dez) dias úteis;
- d) encaminhada à Dívida Ativa, se infrutíferas as medidas dos incisos anteriores, para cobrança judicial.

28.1.4 Impedimento de licitar e contratar

Será aplicado o impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de três anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

28.1.4.1 Impedimento pelo período de 06 (seis) meses a 01 (um) ano.

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame, porém não restar frustrado o certame;
- b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.

28.1.4.2 Impedimento pelo período de 01 (um) ano até 02 (dois) anos.

- a) dar causa à inexecução parcial do Termo de Contrato que gere grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

28.1.4.3 Impedimento pelo período de 01 (um) ano a 03 (três) anos.

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame, e em razão disso restar frustrado o certame;
- b) não manter a proposta, e em razão disso restar frustrada a contratação;
- c) não celebrar o Termo de Contrato, não assinar a ata de registro de preço ou documento equivalente, no prazo estabelecido.

28.1.4.4 Impedimento pelo período de 02 (dois) anos a 03 (três) anos.

Página 11 | SEI nº /2024 - Credenciamento nº 000/2024 - Inexigibilidade nº 000/2024



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

- a) não entregar o objeto da licitação sem motivo justificado;
- b) dar causa à inexecução total do Termo de Contrato.

28.1.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar

Será aplicada a declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta, de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do Termo de Contrato;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do Termo de Contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

28.2 Nos termos do Decreto Municipal nº 17.287/2020 o contratado está ciente e concorda que se possa ser utilizado, em caso de Processo Administrativo, os meios tecnológicos e Diário Oficial Eletrônico do Município para a respectiva comunicação dos atos processuais, conforme estabelecido no mesmo.

28.3 Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, conforme Decreto 21.635/2021, sendo que a abertura do processo administrativo de penalização na fase de execução contratual pressupõe a prévia tratativa entre as partes, com a finalidade de sanar as irregularidades, sendo obrigatória a comprovação de que restou infrutífera.

28.3.1 Entende-se como tratativas o esforço despendido entre as partes com a finalidade de sanar a irregularidade, nas hipóteses que esta for possível.

29 DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

29.1 O contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) "prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) "prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) "prática de colusão": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais contratantes, com ou sem conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;
- d) "prática coercitiva": causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
- e) "prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

29.2 Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa,

Página 12 | SEI nº /2024 - Credenciamento nº 000/2024 - Inexigibilidade nº 000/2024



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

29.3 Considerando os propósitos das cláusulas acima, o contratante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formadas indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

30 DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

30.1 A CONTRATADA obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade, sigilo de toda informação, dados pessoais e base de dados a que tiver acesso, nos termos da Lei 13.709/2018 (LGPD) e Decreto Municipal nº 20.533/2022, por prazo indeterminado, antes e após o cumprimento do objeto descrito neste edital, sob pena de responsabilização.

30.2 A CONTRATADA será integralmente responsável pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta à CONTRATANTE e/ou a terceiros diretamente resultantes do descumprimento pela CONTRATADA de qualquer das cláusulas previstas neste capítulo quanto a proteção e uso dos dados pessoais.

31 DA PUBLICAÇÃO

31.1 Este termo de contrato será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da assinatura das partes (art. 94, II da Lei nº 14.133/2021).

31.2 Seu extrato será também ser divulgado no Portal da Transparência do Município e Diário Oficial do Município.

31.3 De conformidade com o disposto na Lei nº 14.133/2021 o CREDENCIAMENTO deverá ser publicado no Jornal Oficial, pelo CONTRATANTE, na forma de extrato.

32 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

32.1 Havendo divergência, omissão ou conflito entre as condições estabelecidas neste Edital, inclusive do descritivo do objeto e as legislações que regem este credenciamento, estas sempre prevalecerão.

32.2 O Município poderá, a qualquer tempo, promover diligências destinadas a esclarecer dúvidas.

32.3 Qualquer interessado poderá denunciar eventuais irregularidades na prestação dos serviços e/ou no faturamento oriundo deste credenciamento.

32.4 Este credenciamento pode ser revogado, no todo ou em parte, por interesse público, anulada, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros.

32.4.1 Na hipótese de anulação do edital de credenciamento, os instrumentos que dele resultarem ficarão sujeitos ao disposto nos arts. 147 ao art. 150 da Lei nº 14.133/2021.

32.4.2 A revogação do edital de credenciamento não repercutirá nos instrumentos já celebrados que dele resultaram.

32.5 As normas disciplinadoras deste procedimento serão sempre interpretadas em favor da ampliação do número de credenciados, observadas as condições e formalidades legais cabíveis.

32.6 Os interessados são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase deste procedimento, sendo que a falsidade de qualquer documento ou a inverdade das informações nele contidas implicará no imediato descredenciamento de quem o tiver apresentado e rescisão do respectivo Termo de contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

32.7 O valor fixado neste edital poderá ser revisto a fim de restabelecer a relação entre as partes e manter seu equilíbrio econômico-financeiro inicial em função de sobrevier fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado,

Página 13 | SEI nº /2024 - Credenciamento nº 000/2024 - Inexigibilidade nº 000/2024



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando área econômica extraordinária e extracontratual.

32.8 Nenhuma indenização será devida aos interessados pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Credenciamento, ou ainda, por qualquer outro motivo alegado em relação ao processo de credenciamento.

32.9 A inexistência de afirmativas, declarações falsas ou irregulares em quaisquer documentos, ainda que verificada posteriormente, será causa de eliminação do interessado do processo de credenciamento, sem prejuízo das demais medidas de ordem administrativa, cível ou criminal.

32.10 Os casos omissos serão resolvidos com base nos princípios gerais do direito e nas disposições constantes da Lei nº. 14.133/2023.

32.11 A inscrição do interessado para o credenciamento implicará a aceitação integral e irrestrita das condições estabelecidas no Edital.

32.12 Fica eleito o foro da Comarca de Ponta Grossa/PR para dirimir quaisquer questões oriundas do Termo de Referência e Edital de credenciamento, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

ALBERTO SCHRAMM PORTUGAL
Secretário Municipal de Cultura

Página 14 | SEI nº /2024 - Credenciamento nº 000/2024 - Inexigibilidade nº 000/2024



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

ANEXO 01
CREDENCIAMENTO Nº 11/2024
INEXIGIBILIDADE Nº 63/2024.

REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO

À
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA DE PONTA GROSSA/PR

Nome: _____

CPF: _____

Endereço: _____

CEP: _____

Cidade: _____

Estado: _____

O interessado acima qualificado requer sua inscrição no Credenciamento nº 11/2024, objetivando a prestação de serviços, conforme abaixo:

Lote	Item	Descritivo	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$

(Local e data),/...../.....

NOME
ASSINATURA

Página 15 | SEI nº /2024 - Credenciamento nº 000/2024 - Inexigibilidade nº 000/2024



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

ANEXO 02

CREDENCIAMENTO Nº 11/2024

INEXIGIBILIDADE Nº 63/2024.

TERMO DE REFERÊNCIA SERVIÇOS

Prestação de Serviços sem Dedicção de Mão de Obra Exclusiva

ÓRGÃO GERENCIADOR: Secretaria Municipal de Cultura

CNPJ: 76.175.884/0001-87.

Endereço: 7 de setembro, 572 - Centro, CEP: 84.010-350, Ponta Grossa- PR

Fone: (42) 3220-1000 - ramal 2090

Endereço eletrônico: gabinete@albertoportugal.com.br

SEI: 26743/2024

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO (art. 6º, XXIII 'a' 'i' Lei 14.133/2021)

1.1 **Objeto:** O objeto da presente licitação é a contratação de serviços especializados em avaliação técnica, análise de mérito e emissão de parecer relativo a projetos culturais por pessoas físicas com qualificação técnica na área que realizar a inscrição.

1.2 O credenciamento permanecerá aberto a futuros interessados que preencherem as condições previstas neste edital, pelo prazo de 12 (doze) meses, em conformidade com o artigo 79, parágrafo único, inciso I da Lei 14.133/2021.

1.3 Após o período de recebimento da documentação a ser enviada online através de formulário no site da secretaria municipal de cultura, outros interessados poderão encaminhar, na forma prevista no Edital a documentação necessária para ingressar no credenciamento, enquanto perdurar a vigência deste credenciamento.

Após o período de recebimento da documentação, que será encaminhada online, via formulário de inscrição com link disponível no site da Secretaria Municipal de Cultura, outros interessados poderão encaminhar, na forma prevista no Edital a documentação necessária para ingressar no credenciamento, enquanto perdurar a vigência deste credenciamento

Data de início para recebimento dos documentos de habilitação e de propostas de preços - 1ª FASE	Imediatamente à partir da data da publicação do aviso de edital
Análise da documentação relativa à habilitação	Até 05 (cinco) dias úteis após a entrega dos documentos
Divulgação dos resultados	A medida que forem chegando as inscrições

A análise e o julgamento dos requerimentos de credenciamento e os documentos de habilitação serão realizados pela Comissão de Credenciamento, instituída pela Portaria nº 23.706/2024.

Página 16 | SEI nº /2024 - Credenciamento nº 000/2024 - Inexigibilidade nº 000/2024



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

No prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após o recebimento da documentação para o credenciamento pelos interessados via formulário online, na sede da Secretaria Municipal, a Comissão de Credenciamento, procederá a análise das documentações a Comissão de Credenciamento procederá a análise das documentações a partir de cinco dias úteis através da análise documental, tendo em vista todos os pontos do edital de Chamamento.

A distribuição das demandas fica vinculada ao quantitativo estabelecido nos Editais e será realizada na, ordem de inscrição e ou disponibilidade de atender aos prazos que constam em edital considerada a data em que todos os documentos exigidos no edital forem apresentados na sua completude e regularidade; ou por sorteio, por rodízio.

O(s) recurso(s), por escrito, deverá(ão) ser encaminhado através de formulário disponível no site da Secretaria Municipal de Cultura.

Lot e	It m	Descrição/Especificação	CA D	UN D	Qt d	Unitário
1	1	Análises e avaliações em projetos culturais, de 01 a 10		SVC	5	R\$1.000,00
VALOR TOTAL DO ITEN 1						R\$5.000,00
1	2	Análises e avaliações em projetos culturais, de 11 a 20		SVC	8	R\$1.500,00
VALOR TOTAL DO ITEN 2						R\$12.000,00
1	3	Análises e avaliações em projetos culturais, de 21 a 50		SVC	5	R\$2.500,00
VALOR TOTAL DO ITEN 3						R\$12.500,00
1	4	Análises e avaliações em projetos culturais, de 51 a 100		SVC	5	R\$3.500,00
VALOR TOTAL DO ITEN 4						R\$17.500,00
1	5	Análises e avaliações em projetos culturais. A partir de 100 projetos		SVÇ	5	R\$5.000,00
VALOR TOTAL DO ITEN 5:						R\$ 25.000,00
VALOR TOTAL						R\$72.000,00

1.1.1 Especificações:

Análise de mérito; emissão de pareceres técnicos de produtos ou projetos culturais; lançamento de notas do mérito; revisão de parecer técnico, notas e considerações, com base nos eventuais recursos apresentados.

1.1.2 Natureza da contratação

Os bens objetos desta contratação se enquadram na categoria de bens e serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais de notória especialização, de acordo com a Lei Federal 14133/2021

Página 17 | SEI nº /2024 - Credenciamento nº 000/2024 - Inexigibilidade nº 000/2024



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

2. VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses e terá sua eficácia após a publicação no Portal Nacional de Compras Públicas e do extrato do contrato no Diário Oficial do Município, na forma do artigo 105 da Lei 14133/2021, permanecendo suas condições até o final da garantia contratual do bem;

2.2 A execução se dará a partir do recebimento, da Ordem de Execução dos Serviços.

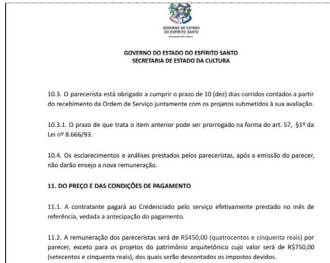
3. PESQUISA SISTEMATIZADA DE PREÇO

3.1 A pesquisa de preço foi realizada de acordo com o artigo 23 e seguintes da Lei 14.133/2021 e art. 22 e seguintes do Decreto Municipal nº 21.500/2023. Desta forma, segue a metodologia utilizada e as fontes de pesquisa:

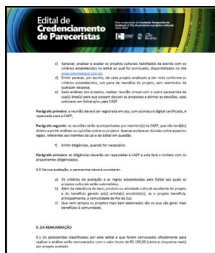
A cotação de preços foi realizada através de pesquisa junto a editais realizados pelo Brasil com o mesmo objeto.

3.2 MAPA DE PREÇOS

ITEM	QUANT.	VALORES UNITÁRIOS
		Serão pagos R\$450,00 (quatrocentos e cinquenta reais) por parecer emitido, Município de Guarapari - ES
1	10	R\$4.500,00
1		O Credenciado receberá o valor de R\$150,00 reais por projeto avaliado, Município de Bento Gonçalves - RS
	10	R\$1.500,00



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA



4. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

4.1 Após a pesquisa de preços analisados de forma crítica, atendendo ao art. 23 do Decreto Municipal nº 21.500/2023, chegou-se aos valores unitários dos itens. O cálculo se deu por média aritmética simples, considerando reajuste anual, conforme mapa de preços.

Valor unitário do item:

ITEM	QTD	VALOR UNIT
1	1	R\$100,00
2	1	R\$75,00
3	1	R\$50,00
4	1	R\$35,00
5	1	R\$50,00



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

eventuais recursos apresentados.		
----------------------------------	--	--

Valor global da contratação: **R\$72.000,00 (SETENTA E DOIS MIL REAIS).**

Neste formato de edital os prestadores de serviços são contratados por lotes de projetos a serem analisados e o número de projetos a ser avaliado está ligado ao número de inscritos em cada edital, sendo assim o valor unitário tem variação tanto para mais quanto para menos.

5. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII 'b' Lei 14.133/2021)

5.1 A Secretaria Municipal de Cultura realiza muitos editais de chamamentos públicos na área da cultura, os projetos inscritos nos chamamentos necessitam de avaliação, análises de mérito e parecer técnicos, as avaliações são mensuradas através de notas de acordo com cada edital e para essas avaliações se faz necessário profissionais de cada segmento artístico/cultural inscrito no edital, por isso se faz necessário a realização de contratação de pareceristas por esta secretaria.

6. SOLUÇÃO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c' da Lei 14.133/2021)

6.1 A descrição da solução como um todo, encontra-se nos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd' da Lei nº 14.133/21)

7.1 Subcontratação
7.1.1 Não poderá haver a subcontratação total ou parcial do objeto.

8. EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea "e" da Lei n. 14.133/2021).

8.1 Após a emissão do empenho ou contrato a empresa será convocada para iniciar a prestação dos serviços, da seguinte forma: MAIO a DEZEMBRO DE 2024.
8.1.2. Cronograma de realização dos serviços:

OR.CRON	ETAPA	INICIO	CONCLUSÃO
1	Sexta às Seis	JUNHO/2024	JUNHO/2024
2	Concurso de Música Sertaneja	JUNHO/2024	JUNHO/2024
3	Satélite Cultural	JUNHO/2024	JUNHO/2024
4	Saio de artes de Ponta Grossa	JULHO/2024	JULHO/2024
5	Edital do Fundo Municipal de Cultura	AGOSTO/2024	AGOSTO/2024
6	Selembro em Dança	SETEMBRO/2024	SETEMBRO/2024
7	PROMIFIC	NOVEMBRO/2024	DEZEMBRO/2024

Item 2

8.2 LOCAL E HORÁRIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

8.2.1 Os serviços serão prestados de maneira on-line.
8.2.2. Os serviços serão prestados nos seguintes horários: De acordo com a disponibilidade do contratado desde que cumpra com o cronograma.
9. GESTÃO CONTRATUAL (art. 6º, XXIII, alínea "f" da Lei nº 14.133/21)
9.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
9.2 A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelas pessoas abaixo nominadas.

9.3 Gestor do Contrato

Nome: Carlos Alexandre Martins Schneider
Matrícula: 29140

9.4 Fiscal Administrativo

Nome: Fernando Antonio Bassetti Cestaro
Matrícula: 30311

Fiscal Técnico:

Nome: Nicole Emanuelle da Silva Nicolau
Matrícula: 31924

10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (art. 6º, XXIII, alínea "g" da Lei nº 14.133/21)

Recebimento

10.1 Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, sempre que houver demanda, juntamente com o recibo equivalente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
10.2. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento do instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

Pagamento

10.3 O pagamento das obrigações observará a ordem cronológica de exigibilidade, nos termos do art. 141 da Lei 14.133/2023 e art. 85 do Decreto Municipal nº 21.500/2023, cujos prazos serão limitados a:
a) 30 (trinta dias) úteis para a liquidação da despesa, a contar do recebimento do instrumento de cobrança equivalente pela Administração; e
b) 30 (trinta dias) úteis para pagamento, a contar da liquidação da despesa.
10.8 O pagamento somente será efetuado se o RPA estiver atestado pela fiscalização.
10.9 11. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR (art. 6º, XXIII, alínea "h" da Lei nº 14.133/21)
11.1 A contratação será realizada conforme a Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 21.500/2023, através do procedimento Inexigibilidade.
11.2 As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos.



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

- 11.3 Os critérios de habilitação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:
- Apresentar Curriculum Vitae, diplomas, cursos e releases e portfólio.
- 11.4 O fornecimento do objeto será integral.
- 12. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, XXIII, alínea "j") da Lei nº 14.133/21)**
- 12.1. As despesas para atender a esta contratação estão previstas no orçamento para o exercício de 2024, conforme abaixo:
- 16.002.13.392.0083.2.152 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE CULTURA - METAS 91 1056 3.3.90.36.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA.
- A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.
- 13. PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL**
- 13.1 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual/2024, Demanda 1419
- 14. FORMALIZAÇÃO CONTRATUAL**
- 14.1 Conforme disposto na Lei Federal 14133/2021, a Administração convocará o licitante vencedor para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo máximo de até 5 (cinco) dias e nas condições estabelecidas no edital de licitação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei.
- 14.1.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.
- 14.2 O instrumento de contrato poderá ser substituído por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, se aquisição de pequeno valor e sem compromissos futuros, sendo que ficam mantidas as condições estabelecidas neste Termo de Referência, as quais vinculam as partes.
- 15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**
- 15.1 O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes do Edital e assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando as obrigações a seguir dispostas:
- 15.1. Obrigações específicas do contrato**
- Executar a prestação dos serviços, no local e prazo indicado pela fiscalização do contrato, respeitando integralmente ao descrito na Ordem de Serviço;
 - Responsabilizar-se integralmente pelos materiais e serviços contratados, nos termos da legislação vigente, ou quaisquer outros que vierem a substituí-los, alterá-los ou complementá-los;
 - Responsabilizar-se civil e criminalmente, pelos danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da execução do contrato;
 - Responder por todas as despesas com encargos fiscais, comerciais, sociais, trabalhistas, seguros, manutenção, transportes, alimentação e estadia, materiais, ferramentas e outros pertinentes ao objeto licitado.

Página 22 | SEI nº /2024 - Credenciamento nº 000/2024 - Inexigibilidade nº 000/2024



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

- Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
 - Apresentar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com o recibo para fins de pagamento, os seguintes documentos atualizados:
 - * Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente.
 - * Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da contratada, expedida pelo órgão competente.
 - * Prova de Regularidade relativa à Fazenda Nacional;
- 15.2 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.
- 15.4 Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 15.5 É obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a qualificação, na contratação direta.
- 15.6 Ter pleno conhecimento e aceitação, dos requisitos técnicos, do teor do Termo de Referência e seus anexos, documentos aplicáveis das normas e legislação pertinentes, não havendo nenhuma dúvida quanto ao objeto a ser entregue, bem como, concordar com todos os seus efeitos legais.
- 15.8 Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fuja às especificações do memorial descritivo ou instrumento congêneres.
- 16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**
- 16.1 São obrigações do CONTRATANTE
- 16.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos.
- 16.3 Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e no contrato.
- 16.4 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 16.5 A Administração terá o prazo de 1 mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 16.6 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a

Página 23 | SEI nº /2024 - Credenciamento nº 000/2024 - Inexigibilidade nº 000/2024



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

- terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 16.7 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Contrato.
- 16.8 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no serviço executado, para que seja reparado ou corrigido, fixando prazo para a resposta da empresa e a sua ação corretiva.
- 16.9 Acompanhar e fiscalizar a perfeita execução do Termo de Contrato, através da fiscalização e gestão, cabendo a este, registrar todas as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou impropriedades observadas.
- 16.10 Observar para que, durante a vigência do presente Termo de Contrato, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigida para a contratação, assim como a sua compatibilidade com as obrigações assumidas.
- 16.11 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao serviço executado, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.
- 16.12 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 17. REAJUSTE e REEQUILÍBRIO DO CONTRATO**
- 17.1 Não há previsão de reajuste do contrato.
- 18. ALTERAÇÃO SUBJETIVA**
- É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/ou outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.
- 19. ESCLARECIMENTOS E EXIGÊNCIAS ADICIONAIS:**
- Matrícula: 29599
- E-mail: elocemma@gmail.com
- Fone: (42) 3220-1000 R 2090

Página 24 | SEI nº /2024 - Credenciamento nº 000/2024 - Inexigibilidade nº 000/2024



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

ANEXO 03

CREDENCIAMENTO Nº 11/2024

INEXIGIBILIDADE Nº 63/2024.

DECLARAÇÕES CONJUNTAS

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

Declaramos, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a nossa habilitação neste processo e que estamos cientes da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE E NÃO SUSPENSÃO

Declaramos, sob as penas da Lei, que não mantemos vínculo de proponente do procedimento licitatório instaurado pelo Município de Ponta Grossa/PR, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas, e que não estamos com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal suspensa.

DECLARAÇÃO DE NÃO POSSUIR VÍNCULO COM AGENTES QUE ATUEM NA LICITAÇÃO

Declaramos que estamos cientes e concordamos com as condições contidas neste edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumprimos os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE, CONFORMIDADE E ACEITE

Declaramos que estamos cientes e concordamos com as condições contidas neste edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumprimos os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

(Nome da empresa)

CNPJ / MF nº

Sediada (endereço completo)

Local e data

Nome e nº da cédula de identidade do declarante

Página 25 | SEI nº /2024 - Credenciamento nº 000/2024 - Inexigibilidade nº 000/2024



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

ANEXO 04

MINUTA DE CONTRATO Nº ____/____/____

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO PONTA GROSSA E A EMPRESA _____

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA, pessoa jurídica de direito público, com sede na Av. Visconde de Taunay nº 950, CEP: 84051-900, inscrito no CNPJ sob o nº 76.175.884/0001-87, neste ato representado, de acordo Decreto Municipal nº ____ de ____ pelo Secretário Municipal de ____ Sr. ____ portador da Cédula de Identidade RG sob nº ____ e inscrita no CPF/MF ____ residente e domiciliado sito a rua ____ nesta cidade e comarca; e,

CONTRATADA: NOME ____, pessoa física, estabelecida na rua ____, cidade de ____ Estado ____ CEP: ____, Telefone / celular (Dxx) ____, e-mail ____, inscrita no CNPJ nº ____, representada pelo Senhor(a) ____, função ____, portador da CIRG nº ____ e do CPF ____, e-mail ____, telefone / celular (Dxx) ____, conforme ato constitutivo da empresa ou procuração apresentada nos autos,

Tendo em vista o que consta no processo SEI nº ____ e em decorrência da Inexigibilidade de Licitação nº 63/2024, Edital de Chamamento Público nº ____/2024, ratificada em ____/____/____ e legislação aplicável em observância ao art. 74, IV e 79, I ambos da Lei nº 14.133/2021, resolvem celebrar o presente Termo de contrato nº ____/____/____, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 A contratada compromete-se a prestar serviços de _____ nas condições estabelecidas neste instrumento e no Edital de Chamamento Público nº ____/2024.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

2.1 O Termo de contrato terá duração de 12 (doze) meses, a contar da data de sua publicação em PNCP, podendo ser prorrogado por períodos iguais, até o limite máximo de 60 meses, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, por mútuo acordo entre as partes, mediante Termo Aditivo, desde que caracterizada a conveniência administrativa e haja interesse da contratante, expressamente demonstrados, com a anuência da contratada.

2.2 Caso não haja interesse pela sua renovação a outra parte deverá ser notificada com 30 (trinta) dias de antecedência a data do vencimento.

2.3 Os valores pactuados no credenciamento não serão reajustados antes de decorrido 12 (doze) meses, sendo que o índice a ser adotado para reajuste, após cada período de 12 (doze) meses, mediante solicitação, será o IPCA.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES

3.1 A contratada receberá os seguintes valores, conforme _____:

Página 26 | SEI nº /2024 - Credenciamento nº 000/2024 - Inexigibilidade nº 000/2024



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.1 O pagamento será realizado _____.

4.2 O pagamento das obrigações contratadas observará a ordem cronológica de exigibilidade, nos termos do art. 141 da Lei 14.133/2023 e art. 85 do Decreto Municipal nº 21.500/2023, cujos prazos serão limitados a:

- 30 (trinta) dias úteis para a liquidação da despesa, a contar do recebimento da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração; e
- 30 (trinta) dias úteis para pagamento, a contar da liquidação da despesa

4.2.1 O prazo para o pagamento será ampliado por igual período correspondente do atraso no envio da prestação de contas.

4.3 O pagamento somente será efetuado se a Nota Fiscal ou Nota Fiscal Fatura estiver atestada pela fiscalização.

4.3.1 A nota fiscal deverá ser emitida posteriormente à emissão do empenho, acompanhada dos seguintes comprovantes devidamente quitados, já exigíveis, em cópia, respeitada a periodicidade de exigência dos documentos:

- Ofício de solicitação de pagamento contendo os dados bancários;
- Cópia do Termo de contrato e aditivos;
- Certidão de regularidade do FGTS, atualizada;
- Certidões de regularidade com as Fazendas Públicas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da empresa, bem como da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e Seguridade Social;

4.4 Na ocorrência de rejeição da Nota Fiscal, motivada por erros ou incorreções, o prazo para pagamento passará a ser contado a partir da data da sua representação, devidamente corrigida.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 As despesas necessárias decorrentes da prestação dos serviços previstas neste Termo de contrato correrão por conta das dotações orçamentárias que se fizerem necessárias indicadas pela Secretaria Municipal ____ através de Declaração de Despesas com reserva feita na contabilidade.

5.2 DOTAÇÃO: ____

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO**CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA****CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

8.1 Fiscalizar o perfeito cumprimento do objeto e das demais cláusulas do Edital e do presente termo, através da Gestão dos serviços e da Fiscalização;

8.2 Comunicar a CONTRATADA, por escrito, sobre as possíveis irregularidades observadas.

8.3 Proporcionar as condições necessárias para que a CONTRATADA possa cumprir o que estabelecem o Edital e o termo/Contrato.

8.4 Efetuar os pagamentos, no prazo e nas condições indicadas no Edital e no respectivo Termo/Contrato, comunicando à CONTRATADA quaisquer irregularidades ou problemas que possam inviabilizar os pagamentos;

8.5 Dirimir, por intermédio do fiscal do Termo/Contrato, as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços

Página 27 | SEI nº /2024 - Credenciamento nº 000/2024 - Inexigibilidade nº 000/2024



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

CLÁUSULA NONA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

9.1 O CONTRATANTE, por meio de nomeação, exercerá fiscalização sobre a execução dos serviços acordados, podendo solicitar informações para a CONTRATADA em qualquer momento, que entender necessário.

9.2 A fiscalização é facultada, intervir, a qualquer momento, desde que constatada ilegalidade no cumprimento do presente termo. A intervenção será no sentido de sanar irregularidades que estiverem ocorrendo.

9.3 A fiscalização exercida pelo CONTRATANTE sobre serviços não eximirá a CONTRATADA da sua plena responsabilidade perante o CONTRATANTE, ou para com os pacientes ou terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do Termo de contrato.

9.4 A CONTRATADA facilitará ao CONTRATANTE o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços e prestará todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados.

A fiscalização dos serviços e do Termo de contrato ficará a cargo dos seguintes servidores:

Fiscal administrativo

Nome:
Matrícula:

Fiscal técnico

Nome:
Matrícula:

Fiscal setorial

Nome:
Matrícula:

Gestor do Contrato

Nome:
Matrícula:

CLÁUSULA DÉCIMA - DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1 Não será admitida a subcontratação, seja total ou parcial, do objeto do credenciamento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DESCREDECIMENTO

11.1 O contratante poderá realizar o descredenciamento:

- quando a CONTRATADA perder as condições de habilitação;
- por descumprimento injustificado do contrato pela contratada
- pela substancial alteração das condições de mercado;
- por relevante interesse do Município, devidamente justificado;
- sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade superveniente ao credenciamento;
- a pedido da contratada, mediante solicitação por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;
- por comum acordo entre as partes.

11.2 No caso da aliena "f" acima, o pedido de descredenciamento não desincumbe a CONTRATADA da obrigação de cumprir os eventuais serviços já requisitados pelo Município e das responsabilidades a eles vinculados, sendo cabível a aplicação das sanções administrativas previstas neste Edital em caso de irregularidade na execução dos respectivos serviços (total ou parcial).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO DO CONTRATO

Página 28 | SEI nº /2024 - Credenciamento nº 000/2024 - Inexigibilidade nº 000/2024



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

12.1 Os casos de rescisão do contrato são os previstos na Lei nº 14.133/2021;

12.2 O presente termo de contrato poderá ser rescindido por qualquer uma das partes, mediante notificação à outra, por escrito, com prazo mínimo de 30 (trinta) dias de antecedência;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - SANÇÕES

13.1 Com fulcro na Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 21.635/2023 a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos credenciados as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- advertência;
- multa, a qual pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções;
- impedimento de licitar e contratar; e
- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.1.1 Advertência

Será aplicada, por escrito, nas seguintes hipóteses:

- descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração à Lei quando não se justificar aplicação de sanção mais grave;
- inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da Administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave.

13.1.2 Multa compensatória

Será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, calculada da seguinte forma:

13.1.2.1 De 0,5% (cinco décimos por cento) a 1% (um por cento) do valor estimado da contratação, para aquele que:

- deixar de entregar a documentação exigida, porém não restar frustrado o certame;
- não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

13.1.2.2 De 2% (dois por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor contratado ou valor estimado da contratação:

- para aquele que deixar de entregar a documentação exigida, e em razão disso restar frustrado o certame;
- para aquele que não mantiver a proposta, e em razão disso restar frustrada a contratação;
- em caso de recusa do adjudicatário em assinar a ata de registro de preço, o Termo de Contrato ou documento equivalente, no prazo estabelecido;
- em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia contratual.

13.1.2.3 De 11% (onze por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela do objeto não executada em caso de inexecução parcial do Termo de Contrato;

13.1.2.4 De 21% (vinte e um por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor contratado, em caso de:

- apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou declaração falsa durante a licitação ou a execução do Termo de Contrato;
- fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do Termo de Contrato;
- comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza;
- prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

Página 29 | SEI nº /2024 - Credenciamento nº 000/2024 - Inexigibilidade nº 000/2024



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

- e) prática de ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013;
 f) entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;
 g) dar causa à inexecução parcial do Termo de Contrato que gere grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 h) dar causa à inexecução total do objeto do Termo de Contrato.

13.1.3 Multa moratória:

Não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso, limitando-se a 30% (trinta por cento) do valor contratado. O valor da multa de mora ou compensatória aplicada será:

- a) retido dos pagamentos devidos pelo órgão ou entidade;
 b) descontado do valor da garantia prestada;
 c) pago por meio de Documento de Arrecadação Municipal (DAM), expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda e encaminhada ao requerido para pagamento em 10 (dez) dias úteis;
 d) encaminhada à Dívida Ativa, se infrutíferas as medidas dos incisos anteriores, para cobrança judicial.

13.1.4 Impedimento de licitar e contratar

Será aplicado o impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de três anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

13.1.4.1 Impedimento pelo período de 06 (seis) meses a 01 (um) ano.

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame, porém não restar frustrado o certame;
 b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.

13.1.4.2 Impedimento pelo período de 01 (um) ano até 02 (dois) anos.

- a) dar causa à inexecução parcial do Termo de Contrato que gere grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 b) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

13.1.4.3 Impedimento pelo período de 01 (um) ano a 03 (três) anos.

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame, e em razão disso restar frustrado o certame;
 b) não manter a proposta, e em razão disso restar frustrada a contratação;
 c) não celebrar o Termo de Contrato, não assinar a ata de registro de preço ou documento equivalente, no prazo estabelecido.

13.1.4.4 Impedimento pelo período de 02 (dois) anos a 03 (três) anos.

- a) não entregar o objeto da licitação sem motivo justificado;
 b) dar causa à inexecução total do Termo de Contrato.

13.1.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar

Será aplicada a declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta, de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

Página 30 | SEI nº /2024 - Credenciamento nº 000/2024 - Inexigibilidade nº 000/2024



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do Termo de Contrato;
 b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do Termo de Contrato;
 c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

13.2 Nos termos do Decreto Municipal nº 17.287/2020 o contratado está ciente e concorda que se possa ser utilizado, em caso de Processo Administrativo, os meios tecnológicos e Diário Oficial Eletrônico do Município para a respectiva comunicação dos atos processuais, conforme estabelecido no mesmo.

13.3 Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, conforme Decreto 21.635/2021, sendo que a abertura do processo administrativo de penalização na fase de execução contratual pressupõe a prévia tratativa entre as partes, com a finalidade de sanar as irregularidades, sendo obrigatória a comprovação de que restou infrutífera.

13.3.1 Entende-se como tratativas o esforço despendido entre as partes com a finalidade de sanar a irregularidade, nas hipóteses que esta for possível.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RELAÇÃO EMPREGATÍCIA E DOS ENCARGOS SOCIAIS

14.1 As partes desde já ajustam que não existirá para o CONTRATANTE qualquer solidariedade quanto às obrigações trabalhistas e previdenciárias para com os empregados da CONTRATADA, cabendo a esta assumir, de forma exclusiva, todos os ônus advindos da relação empregatícia.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

15.1 Este termo de contrato será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da assinatura das partes (art. 94, II da Lei nº 14.133/2021).

15.2 Seu extrato será também será divulgado no Portal da Transparência do Município e Diário Oficial do Município.

15.3 De conformidade com o disposto na Lei nº 14.133/2021 o CREDENCIAMENTO deverá ser publicado no Jornal Oficial, pelo CONTRATANTE, na forma de extrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

16.1 A CONTRATADA obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade, sigilo de toda informação, dados pessoais e base de dados a que tiver acesso, nos termos da Lei 13.709/2018 (LGPD) e Decreto Municipal nº 20.533/2022, por prazo indeterminado, antes e após o cumprimento do objeto descrito neste edital, sob pena de responsabilização.

16.2 A CONTRATADA será integralmente responsável pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta à CONTRATANTE e/ou a terceiros diretamente resultantes do descumprimento pela CONTRATADA de qualquer das cláusulas previstas neste capítulo quanto a proteção e uso dos dados pessoais.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 Os casos omissos serão resolvidos com base nas disposições constantes na Lei nº 14.133/2021;

17.2 O CONTRATANTE, poderá, a seu critério, criar, modificar, suspender ou extinguir quaisquer tipos de serviço objeto deste Termo de contrato, sem prejuízo do pagamento dos serviços já prestados.

17.3 Independentemente de sua transcrição, serão partes integrantes deste Termo de contrato todas as condições estabelecidas no Edital de Chamamento Público nº 000/2024 e em seus anexos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

Página 31 | SEI nº /2024 - Credenciamento nº 000/2024 - Inexigibilidade nº 000/2024



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

18.1 Fica a CONTRATADA ciente de que a assinatura deste contrato indica pleno conhecimento dos elementos nele constantes, bem como de todas as suas condições gerais e peculiares, não podendo invocar seu desconhecimento como elemento impeditivo do perfeito cumprimento deste contrato,

18.2 Fica eleito o foro da Comarca de PONTA GROSSA, Estado do Paraná, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por seus representantes legais, em 02 (duas) vias de igual teor e forma e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Ponta Grossa, ____ de ____ de 2024.

NOME
 Secretário Municipal de xxxxxxxx de Ponta Grossa
 CONTRATANTE

CONTRATADA

Página 32 | SEI nº /2024 - Credenciamento nº 000/2024 - Inexigibilidade nº 000/2024

**EDITAL 010/2024
 CREDENCIAMENTO DE ARTICULADORES CULTURAIS PARA O
 PROJETO SATÉLITE CULTURAL
 ENSALAMENTO E ORIENTAÇÕES**

A Prefeitura de Ponta Grossa, por meio da Secretaria Municipal de Cultura (SMC), no uso de suas atribuições, torna pública o ensalamento para as avaliações práticas do Edital 010/2024 - CREDENCIAMENTO DE ARTICULADORES CULTURAIS PARA O PROJETO SATÉLITE CULTURAL. Segundo consta em edital " 2o) Avaliação prática e entrevista: o candidato deverá organizar e apresentar uma vivência cultural, na sua área de interesse, para a banca avaliadora que concederá nota de 0,0 a 3,0 e passará por uma entrevista com a banca avaliadora que concederá notas de 0,0 a 3,0.". Desta forma, todas as inscrições habilitadas estão convocadas a comparecerem no dia 3 de junho das 9h às 12h e das 14h às 17h para a avaliação prática (de 10 minutos) e entrevista no Centro de Criatividade, localizado na Av. Visc. de Taunay, 262 - Centro, Ponta Grossa - PR, 84010-760.

Os integrantes da turma devem chegar todos no horário designado. A entrada é pela porta lateral, na rua Frederico Bahls. Os candidatos devem aguardar no mini-auditório a convocação. Está programado que cada candidato tenha dez minutos para executar sua prática cultural e participar da entrevista.

Atenção: É necessário levar um documento de identificação com foto, original, físico ou digital (RG, CNH, E-título e/ou Carteira de Trabalho), para a verificação do candidato.

Segue abaixo o ensalamento:

Turma 1 - Das 9h até 10h

1	Allan Roberto Tizon
2	Aline Elicker
3	Ana Júlia Prandel de Oliveira
4	Anthony Felipe Ortellado Ramos
5	Ariadene Caillot
6	Cristina Donasolo

Turma 2 - Das 10h até 11h

1	Cristina Elisabete Domingues de Sá
2	Davi Rafael Mariano
3	Dionezine de Fátima Navarro Schmidt
4	Eliane Aparecida Richards
5	Emanueli Machado Flores
6	Fabiely Inaê Benck Cobeski

Turma 3 - Das 11h até 12h

1	Fernando Bertani Gomes
2	Franciele Maciel Sarti

3	Gabriela Hrentchechen
4	Gabriel Rigonil Vernek
5	Iracema Barboza dos Anjos Malanhuk
6	Juliana de Fátima Pereira

Turma 4 - Das 14h até 15h

1	Juliana Ribas Sauter
2	Kauane Vitória dos Anjos de Souza
3	Kevin Braga Contente
4	Lana Rosa Nascimento Oliveira
5	Leandro de Jesus Wenglarek
6	Letícia dos Santos Rodrigues

Turma 5 - Das 15h até 16h

1	Maria Luisa Derbis
2	Maria Luiza Fadel
3	Mariete Alexandra Zanin
4	Merlyn Cecilia Camargo
5	Naton Joly Botogoske
6	Nickolas Quadros Jordão Da Silva

Turma 6 - Das 16h até 17h

1	Nilson de Paula Junior
2	Pierre Yves de Cerjat
3	Raylan Gonçalves Marinho
4	Renata Regis Florisbelo
5	Thays Almeida De Souza
6	Vithor Bernardo Panichi Santos

Ponta Grossa, 23 de maio de 2023.
ALBERTO SCHRAMM PORTUGAL
Secretário Municipal de Cultura

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
CONSELHO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Fica **NOTIFICADO** do Tombamento Preliminar do bem a seguir descrito o respectivo proprietário, esclarecendo-se que o bem em apreço foi objeto da restrição administrativa em tela com fundamento em decisão do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural.

Nos termos da Lei Municipal nº 8.431/05, foram impostas pelo Conselho Municipal do Patrimônio Cultural restrições ao bem já citado, que por possuir importância histórica, arquitetônica ou artística relevante para o conjunto urbano e identidade da cidade, deverão ser mantidos os aspectos particulares de sua concepção, admitindo-se, porém, intervenções internas, desde que, condizentes com o caráter do bem, devendo os projetos serem previamente aprovados pelo Conselho Municipal do Patrimônio Cultural. A equipe da Secretaria Municipal de Cultura está à disposição, inclusive para orientar reparos e manutenções de rotina necessárias ao imóvel, de modo que os mesmos sejam feitos de forma correta.

O referido Tombamento Preliminar foi estabelecido em processo cuja cópia os interessados poderão obter com o Departamento de Patrimônio Cultural, de segunda à sexta-feira, das 12h às 18h, podendo entrar em contato pelo telefone 3220.1000 (ramal 2092).

A partir da publicação desta NOTIFICAÇÃO o proprietário e/ou procurador têm o prazo de 40 (quarenta) dias para apresentar, como impugnação ao tombamento preliminar, os argumentos que julgarem convenientes.

Proprietários	Bem/Imóvel
- Universidade Tecnológica Federal do Paraná.	- Blocos A e C e Capela, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, localizada na Rua Doutor Washington Subtil Chueire, nº 330, Ponta Grossa-PR.

Ponta Grossa, 22 de maio de 2024.

BRENDA ASCHELEY DE MORAIS
Diretora do Departamento de Patrimônio Cultural

ALBERTO SCHRAMM PORTUGAL
Secretário Municipal de Cultura
Presidente do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural

10/05/2024, 12:10

PAAR

Plano Anual de Aplicação dos Recursos (PAAR)

1.

Atenção! Leia o texto a seguir antes de iniciar o preenchimento:

A elaboração do PAAR deve passar por um procedimento de planejamento participativo, o que pressupõe a realização de consultas e audiências públicas, com a participação de agentes culturais e a população local, preferencialmente por intermédio de seus representantes nos Conselhos de Cultura.

O PAAR é um instrumento previsto na própria Lei da PNBAB (parágrafo único do art. 3º da Lei 14.399/2022).

Dúvidas sobre a elaboração do PAAR e preenchimento do formulário podem ser enviadas para o e-mail pnab@cultura.gov.br.

2.

Dados do Plano de Ação

3. N.º do Plano de Ação:*

30882120230004-018050

4. UF Ente Recebedor:

PR

5. Ente Recebedor:

MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

6. CNPJ Ente Recebedor:

<https://form.ptfitem.com/240876258028665>

10/05/2024, 12:10

PAAR

76.175.884/0001-87

7. Valor Total do Plano de Ação:

R\$ 2.239.284,46

8.

DADOS PARA CONTATO

9.

Dados do (a) responsável pelo preenchimento do PAAR

10. Nome*

Carlos Alexandre Martins Schneider

11. Cargo*

Diretor do Departamento de Cultura

12. Telefone*

(42) 99982-5623

13. E-mail*

carlosphantasma@gmail.com

14. Sou o gestor responsável pela pasta de cultura*

Sim

15.

Processo de Participação Social

<https://form.ptfitem.com/240876258028665>

26

10/05/2024, 12:10

PAAR

16. Processo de Participação Social (Descreva como foi feito o processo de diálogo com a sociedade civil e traga informações gerais como locais, online/presencial, datas, quantidade de participantes, participação do Conselho de Cultura, outros):*

Foram realizados duas consultas públicas presencialmente.

Na primeira foi realizada no dia 03/04/2024 no Cine teatro ópera, localizado a Rua XV de Novembro, 468 - Centro com a participação de duas conselheiras, sendo da cadeira de Artes Cênicas e Economia Criativa e contou com o total de 28 agentes culturais das mais diversas áreas de atuação onde apresentamos os valores a serem empregados em chamamentos públicos, reformas e aquisição. a segunda oitava contou com 29 agentes culturais das mais diversas áreas e com uma conselheira utilizada para apresentação de proposta de edital previamente definida na primeira oitava.

17. Publicação da(s) Consulta(s) Pública(s) - Link(s), no caso de transmissão online ou do resultado da(s) consulta(s) pública(s) divulgado na internet:*

https://www.pontagrossa.pr.gov.br/files/diario-oficial/2024-04-12-ed3838.pdf1_.pdf

<https://www.pontagrossa.pr.gov.br/files/diario-oficial/2024-05-03-ed3852.pdf>

18. META - Ações Gerais*

Ação	Atividade	Valor Estimado (R\$)	Forma De Execução	Produto/Entr	Quantidade	A Atividade Destina Recursos Para Áreas Periféricas E/Ou De Povos Tradicionais?
Fomento Cultural	edital	1.067.499,12	Chamamento público - Fomento a execução de ações culturais - Projeto (Decreto 11.453/2023)	Ação Cultural Fomentada/P projeto cultural fomentado	54	Sim
Custo Operacional	Inexigibilidade	111.964,22	Outra (especifique)	Consultoria contratada	1	Sim

<https://form.jotform.com/240876258028665>

3/6

10/05/2024, 12:10

PAAR

específicas das artes para avaliar as propostas e projetos enviados nas áreas do Audiovisual; Artes Cênicas; Música; Artes Visuais; Povos, Comunidades Tradicionais e Culturas Populares; Patrimônio Cultural Material e Imaterial; Literatura, Livros e Leitura e Produção Cultural, sendo que para cada área são no mínimo 3 avaliadores, para realizar as avaliações em prazo de no mínimo 30 dias após o envio das propostas para análise;

20. META/AÇÃO - Política Nacional de Cultura Viva - Chamamento Público - Lei 13.018/2014*

Atividade	Valor Estimado(R\$)	Quantidade Fomentada	A Atividade Destina Recursos Para Áreas Periféricas E/Ou De Povos Tradicionais?
Premiação de Pontos de Cultura	559.821,12	22	Sim

21.

Áreas periféricas e Ações afirmativas

22. Detalhar as atividades a serem realizadas em áreas periféricas urbanas e rurais, bem como em áreas de povos e comunidades tradicionais (respeitando, no mínimo, os 20% previstos no inciso II do art. 7º da Lei nº 14.399/2022):*

Na contrapartida dos projetos do edital de fomento os proponentes contemplados na categoria 1 deverão : realizar atividades destinadas, prioritariamente, à população vulnerável, em áreas periféricas, urbanas e rurais, e em territórios e regiões de maior vulnerabilidade econômica ou social, bem como em áreas de povos e comunidades tradicionais.

23. Informe as ações afirmativas que serão adotadas nas atividades previstas (de acordo com a Instrução Normativa MINC nº 10/2023):*

As ações formativas nos editais tem pontuação extra.

24.

<https://form.jotform.com/240876258028665>

5/6

10/05/2024, 12:10

PAAR

(até 5%)			a seguir)			
Obras; Reformas e Aquisição de bens culturais	Pregão	490.000,00	Licitações e contratos (Lei 14.133/2021)	Equipamento /Espaço Cultural reformado/modernizado	2	Sim

19. Se respondeu "outra" no campo "Forma de execução" e/ou "outro" no campo "Produto/Entrega", especifique:*

Atividade	Forma De Execução	Produto/Entrega
Custo operacional	Inexigibilidade é uma contratação direta onde o contratado apresenta documentos que comprovem	Compilar e disponibilizar o resultado das avaliações e habilitações dos editais para a Secretaria de Cultura para divulgação e publicação em meio de comunicação oficial do Município; essa etapa compreende a homologação documental e homologação da análise de mérito bem como analisar recurso. abril/maio 2a Etapa - Disponibilizar pessoal qualificado para realizar Inscrições de proponentes com mais de 70 anos, não alfabetizados/semi analfabetos e ou que não possuam acesso aos meios digitais, indígenas, povos nômades e ciganos realizando digitalização de documentos e orientação na regularização de CNDs bem como o preenchimento do formulário online disponibilizado pela Secretaria municipal de cultura para inscrições na Lei Paulo Gustavo e PPNAB, bem como orientações para demais proponentes que necessitem de entendimento e esclarecimentos acerca dos editais. junho/julho 3a Etapa - Envio dos projetos para os avaliadores respeitando a LGPD (Lei de proteção de dados) compilando as informações inerentes a cada segmento. - Contratação de pareceristas, que devem ser capacitados nas áreas

<https://form.jotform.com/240876258028665>

4/6

10/05/2024, 12:10

PAAR

Informações sobre Sistema de Cultura local

25. Possui Conselho de Cultura?*

Sim

26. Possui Plano de Cultura?*

Sim

27. Possui Fundo de Cultura?*

Sim

28.

Termos e Condições

29.

Aceito

30.

Aceito

<https://form.jotform.com/240876258028665>

6/6



REGIMENTO INTERNO
24ª Conferência Municipal de Cultura

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º – Considerando o disposto no inciso IX do art. 71, da Lei Orgânica do Município de Ponta Grossa, combinada com a Lei nº 10.718/2011, compete à Fundação Municipal de Cultura e à Comissão Organizadora, composta pelos membros do Conselho Municipal de Política Cultural, realizar a 24ª Conferência Municipal da Cultura, que ocorrerá de forma presencial.

Parágrafo Único – Atendendo aos prazos antes mencionados, o Município de Ponta Grossa convocou, por meio do Decreto nº 23.448/24, a 24ª Conferência Municipal de Cultura, que será realizada nos dias 27 e 28 de Maio de 2023, às 19h, cujo Regimento Interno, aprovado pelo Conselho Municipal de Política Cultural, que se estabelece a partir desta publicação, pela Comissão Organizadora da 24ª Conferência Municipal de Cultura, segue abaixo.

CAPÍTULO II
DOS OBJETIVOS

Art. 3º - A 24ª Conferência Municipal de Cultura terá os seguintes objetivos:
I – Discutir a cultura com ênfase na construção de políticas transversais em nível local, regional e nacional, nos seus aspectos da memória, de produção simbólica, da gestão, da participação social e da plena cidadania;
II – Propor estratégias para o fortalecimento da cultura como centro dinâmico do desenvolvimento sustentável;
III – Promover o debate entre artistas, produtores, conselheiros, gestores, investidores e demais protagonistas da cultura, valorizando a diversidade das expressões e o pluralismo das opiniões;
IV – Propor estratégias para universalizar o acesso da comunidade à produção e à fruição dos bens e serviços culturais;



CAPÍTULO III
DA REALIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO

Art. 4º - A 24ª Conferência Municipal de Cultura será realizada por sua Comissão Organizadora, sendo presidida pelo Secretário Municipal de Cultura de Ponta Grossa e Presidente do Conselho Municipal de Política Cultural ou, na sua ausência ou impedimento eventual, por outro membro da Comissão Organizadora, a ser por ele designado.

Parágrafo Único - A Comissão Organizadora será composta por todos os membros do Conselho.

Art. 5º - Compete à Comissão Organizadora:
I – Coordenar, supervisionar e promover a realização da Conferência, definindo a metodologia a ser aplicada, atendendo aos aspectos técnicos, políticos e administrativos;
II – Reunir e consolidar os eixos temáticos a serem debatidos;
III – Assegurar a lisura e a veracidade de todos os procedimentos.

Art. 6º - Os trabalhos da 24ª Conferência Municipal de Cultura, serão desenvolvidos no período de 27 e 28 de Maio de 2023, coordenados por Mesa Diretora, presidida pelo Presidente da Comissão Organizadora, composta pelos seguintes membros:

- Presidente:**
Alberto Schramm Portugal
Representante da Secretaria Municipal de Cultura:
Titular: Carlos Alexandre Martins Schneider
Representante da Secretaria Municipal de Turismo:
Titular: Luis Claudio Moutinho
Representante da Universidade Estadual de Ponta Grossa:
Titular: Leila Freire
Representante da Associação de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural (APPAC):
Titular: Brendo Francis Carvalho
Representante do Conselho Municipal de Educação (membro não governamental):
Titular: Valquíria Koehler de Oliveira
Representante do segmento de Economia Criativa:
Titular: Maria Luiza Cortes Cavazotti
Representante do segmento de Artes Visuais:

- Titular: Wilton Correia Paz
Representante do segmento de Audiovisual:
Titular: Tais Cristina dos Santos
Representante do segmento do Carnaval:
Titular: Everson Pontes
Representante do segmento de Artes Urbanas:
Titular: Sheren Campos
Representante do segmento de Dança:
Titular: Pamela Schame
Representante do segmento de Literatura:
1º Suplente: Julia Kalva
Representante do segmento de Música:
Titular: Álvaro Bueno Filho
Representante do segmento de Teatro e Circo:
Titular: Ana Cláudia Ferreira Gambassi
Representante das entidades das Pessoas com Deficiência:
Titular: Adriane do Rocio Lopes
Representante do Conselho LGBTQIAPN+:
Titular: Thais Boamorte

Parágrafo Único - Caberá à Mesa Diretora conduzir as atividades durante a Conferência, respeitando e fazendo respeitar o disposto neste Regimento Interno, e solucionando os casos omissos surgidos no decorrer do evento.

Art. 7º - Poderão participar da 24ª Conferência Municipal de Cultura:
I. Cidadãos residentes em Ponta Grossa maiores de 16 anos.

§ 1º – Os participantes cadastrados terão direito a voz e voto, podendo votar nas proposições, desde que cadastrados no Censo Cultural do município até a data de 26 de maio de 2024 às 23h59.

§ 2º - as proposições serão recebidas por meio de formulário digital através do link: https://cultura.pontagrossa.pr.gov.br/formularios/propostas_conferencia_de_cultura#/overlay-context=user/182.

que serão compiladas pela mesa diretiva e apresentadas à plenária para apreciação e votação. Havendo proposições divergentes em questão comum, a mesa abrirá para defesas orais, por meio inscrição junto à Mesa Diretora, com tempo máximo de 2 (dois) minutos, seguidas de votação.



§ 3º – O direito de voz, nas sessões plenárias, será exercido de forma aberta aos interessados, com tempo limitado a 2 (dois) minutos por intervenção, mediante inscrição junto à Mesa Diretora, e 1 (um) minuto para réplicas e tréplicas.

§ 4º – A Conferência não poderá ser instalada se não for atingido o número mínimo de 20 (vinte) inscritos, independentemente do segmento que representam.

§ 5º - No ato da inscrição o participante atestará o conhecimento e acatamento dos termos do presente Regimento.

§ 6º – Não serão aceitas inscrições por qualquer outro meio distinto do indicado no caput do presente artigo.

CAPÍTULO IV
DO FUNCIONAMENTO

Art. 8º – Os trabalhos da 24ª Conferência Municipal de Cultura serão divididos em momentos, segundo o exposto a seguir:

27 de Maio - 19h

- Abertura com a Cia. Municipal de Dança de Ponta Grossa
- Leitura e Aprovação do Regimento da Conferência
- O Papel do Conselheiro
- Balanço de Gestão dos conselheiros
- Prestação de Contas na seara da Cultura - Sec. de Cultura.

28 de Maio - 19h

- Abertura com Banda Lyra dos Campos
- Apresentação de possibilidades em termos de equipamentos e estruturas da Secretaria de Cultura;
- Prestação de contas na seara do Patrimônio Cultural;
- Leitura e votação das propostas inscritas pelo link (colocar link)
- Moções
- Votação



Art. 9º Ao final da Conferência, a Mesa Diretora anunciará as propostas e moções aprovadas pela Plenária, declarando oficialmente encerrada a 24ª Conferência Municipal de Cultura.

**CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 11º – No período consecutivo, a Comissão Organizadora elaborará documento, contendo as propostas e moções aprovadas na Conferência Municipal

Art. 12º - As despesas de cunho administrativo com a organização e a realização da 24ª Conferência Municipal de Cultura correrão à conta dos recursos orçamentários da Secretaria Municipal de Cultura de Ponta Grossa.

Ponta Grossa, 13 de Maio de 2024.

Alberto Schramm Portugal
Secretário Municipal de Cultura
Presidente do Conselho Municipal de Política Cultural

DIVERSOS

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA
AUDIÊNCIA PÚBLICA**

A **PREFEITA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA**, Estado do Paraná, em atendimento ao disposto no parágrafo 4º do Art. 9 da Lei 101 de 04 de maio de 2000, CONVOCA, os membros do Poder Legislativo e a população em geral, a participar, no próximo dia 28 de Maio 2024 – terça-feira - às 16:00 horas, no Plenário da Câmara Municipal de Ponta Grossa, em **AUDIÊNCIA PÚBLICA**, oportunidade em que o Poder Executivo aqui representado pelo Secretário da Fazenda realizará apresentação e avaliação das Metas Fiscais do Executivo referente ao primeiro quadrimestre do exercício de 2024.

ELIZABETH SILVEIRA SCHMIDT
Prefeita Municipal
CLAUDIO GROKOVSKI
Secretário Municipal da Fazenda

Convite

CONVIDAMOS a população princesina, os membros do Poder Executivo (Prefeito Municipal e demais membros) e do Poder legislativo (Senhores Vereadores) a participar no próximo dia 28 de maio de 2024, às 16:30 horas, no Plenário da Câmara Municipal de Ponta Grossa, da **AUDIÊNCIA PÚBLICA**, onde estaremos apresentando Relatório de Prestação de Contas referente ao 1º quadrimestre de 2024 da Fundação Municipal de Saúde.

Priscila Degraf
Presidente da Fundação Municipal de Saúde

Prefeitura Municipal de Ponta Grossa — PMPG
Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SMMA
CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - COMDEMA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente de Ponta Grossa - Pr, usando das suas atribuições que lhe conferem o cargo, definidos no Decreto 8060 de 03/12/2013, nos termos do Artigo 9º, Inciso I.

CONVOCA

Os senhores Conselheiros para participarem de reunião ordinária, que será realizada, em 28 de maio de 2024, às 17:30 horas com maioria simples, e em segunda chamada, após quinze minutos com qualquer "quórum", a ser realizado no Centro de Educação Ambiental — CEA, Lago de Olarias.

Tendo como PAUTA:

- Abertura da Sessão;
- Leitura discussão e votação de Ata da Reunião anterior;
- Aprovação do Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento da UEPG;
- Apresentação do Projeto de Arborização;
- Palavra Livre.

Ponta Grossa, 22 de maio de 2024

Robson Klimionte
Presidente do COMDEMA

Documento assinado digitalmente
ROBSON CARLOS KLIMIONTE
Data: 22/05/2024 18:45:59 -0300
Verifique em <https://validar.ri.gov.br>

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA
Procuradoria Geral do Município – Cadastro Único da Dívida Ativa Municipal

EDITAL NOTIFICAÇÃO PARA QUITAÇÃO AMIGÁVEL DE DÉBITOS MUNICIPAIS

Nos termos do caput do art. 47 do Código Tributário Municipal, ficam os contribuintes e seus sucessores NOTIFICADOS de que, se o crédito tributário não for quitado dentro do prazo de 15 dias a contar da publicação do edital, a dívida será registrada em Cartório de Protesto e cobrada através de processo judicial de Execução Fiscal.

Procuradoria Geral do Município, em 23 de maio de 2024

SAULO FAVORETTO
Encarregado Técnico do Cadastro Único da Dívida Ativa Municipal

N. do Contribuinte	Nome	PROTOCOLO
741777 e 150224	Marli Denega e Gerson Luiz Denega	SEI057803/24

FMSPG FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 031/2023 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 22/2023
CONTRATANTE: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PONTA GROSSA

CONTRATADA: ADRIANO FANHA GUIMARÃES

CLÁUSULA PRIMEIRA: Acordam as partes em prorrogar o prazo de execução, aludido na cláusula sétima do instrumento originário, de 24/05/2024 a 24/05/2025.

CLÁUSULA SEGUNDA: Acordam as partes em promover o reajuste de aproximadamente 3,6880% para o período acima, o qual passará a ser o valor de R\$ 187.575,24 (cento e oitenta e sete mil, quinhentos e setenta e cinco reais e vinte e quatro centavos).

TIPOS DE PRÓTESES	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO		VALOR MÁX. MENS.		VALOR MÁX. AN.	
		MÁX. MENSAL					
Prótese Total (Maxilar ou Mandibular)	35	R\$ 313,65		R\$ 10.977,75		R\$ 131.733,00	
Prótese Parcial Removível de estrutura metálica fundida (Mandibular ou maxilar)	8	R\$ 508,07		R\$ 3.556,49		R\$ 42.677,88	
Consertos	8	R\$ 73,62		R\$ 515,27		R\$ 6.183,24	
TOTAL (máximo)				R\$ 15.631,27		R\$ 187.575,24	

CLÁUSULA TERCEIRA: Em razão da renovação do contrato por mais 12 (doze) meses, fica acrescido ao valor contratual, aludido na cláusula terceira do instrumento originário R\$ 187.575,24 (cento e oitenta e sete mil, quinhentos e setenta e cinco reais e vinte e quatro centavos).

Parágrafo único: As despesas decorrentes do presente aditivo correrão à conta da dotação orçamentária 24.001.10.3010055.2273/33.90.39.99.99.

CLÁUSULA QUARTA: Face o acréscimo do valor constante da cláusula terceira, a composição do novo valor do contrato é R\$ 368.481,24 (trezentos e sessenta e oito mil, quatrocentos e oitenta e um reais e vinte e quatro centavos)

CLÁUSULA QUINTA: Mantidas que são todas as demais cláusulas e condições do contrato originário.

PRIMEIRO ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 004/2024 - DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 07/2024

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PONTA GROSSA

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO PONTAGROSSENSE DE ASSISTÊNCIA A CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA

CLÁUSULA PRIMEIRA: Em razão da solicitação de repasse, fica acrescido o valor contratual, aludido na cláusula terceira do instrumento originário, em R\$ R\$ 139.284,22 (cento e trinta e nove mil duzentos e oitenta e quatro reais vinte e dois centavos), diluído em 21 repasses no valor mensal de R\$ 6.632,58 (seis mil, seiscentos e trinta e dois reais e cinco centavos).

Parágrafo único: As despesas decorrentes do presente aditivo correrão à conta da dotação orçamentária nº 24.001.10.3030021.2.288/31.50.43.30.00

CLÁUSULA SEGUNDA: Considerando-se o aditamento do novo valor do termo de colaboração é de R\$ 1.773.853,92 (um milhão, setecentos e setenta e três mil, oitocentos e cinquenta e três reais e noventa e dois centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA: Mantidas que são todas as demais cláusulas e condições do contrato originário.

23/05/2024, 11:46

SEI/PMPG - 4575191 - Cota do Processo



Presidência da Fundação Municipal de Saúde

PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA – EDITAL: 04/2024

RECORRENTE: EXITUSMED LTDA

DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO: PROTOCOLO SEI: 109296/2023

1. RELATÓRIO:

A empresa EXITUSMED LTDA apresentou Recurso, em referencia ao PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA SRP Nº: 4/2024, que tem como objetivo o Registro de preços para eventual contratação de empresa especializada em fornecimento de Leites, Dietas e Suplementos aos pacientes do Programa Municipal de Órtese e Próteses-CEMOPE da Fundação Municipal de Saúde.

Inicialmente estava marcado:

Abertura e Julgamento das Propostas Dia 22/02/2024 às 08h01m.
Início da Sessão de Disputa de Preço Dia 22/02/2024 às 09h00m.

A empresa apresentou em seu pedido:

[...]

Sobre a nossa desclassificação no LOTE 5 – Item 1 (espessante).

Para este item o edital solicitava: *"Espessante instantâneo para alimentos frios e quentes, que não altere cor, sabor e odor dos alimentos. Boa dissolubilidade e manutenção da consistência desejada após preparo."*

O edital cita que será exigido amostras de marcas que não constam como pré-aprovadas (pág. 48): *"As análises das amostras servirão para caracterizar a qualidade do produto junto a CTPF-FMS, a não apresentação e não cumprimento das exigências implicará em desclassificação do item."*

23/05/2024, 11:46

SEI/MPMG - 4575191 - Cota do Processo

O órgão licitante apresentou um documento intitulado "**Ficha para avaliação de amostra**" a qual possui 7 (sete) requisitos técnicos avaliados, a saber:

- **Entrega da amostra dentro do prazo:** consta como APROVADO;
- **Características do produto (ficha técnica) condizem com o descritivo no termo de referência:** consta como APROVADO.
- **Avaliação da diluição:** consta como APROVADO.
- **Avaliação do sabor:** consta como APROVADO.
- **Avaliação do odor:** consta como APROVADO.
- **Passagem pela sonda:** consta como item não avaliado por não ser aplicável a este objeto.
- **Embalagem:** consta como APROVADO.

Obs: A designação "**APROVADO**" tem relação com o resultado do teste realizado pelo órgão licitante.

Após a análise dos **sete requisitos** da "**Ficha de Avaliação da Amostra**" podemos verificar que os mesmos constam que o **produto ofertado atende as exigências do edital**, entretanto, no final existe um campo definido como "**Observações Gerais**" e neste foi escrito a mão o seguinte:
*"As consistências informadas no rótulo, não condizem com as consistências reais (2 medidas para néctar; 3 medidas para mel e 4 medidas para pudim).
 Sugestão: Adequar o tamanho da colher medida ou diminuir o volume de água sugerido na diluição."*
 Após isso a **conclusão** indicava que o produto foi **REPROVADO**.

Para nossa análise, vamos transcrever a seguinte parte do texto:
"As consistências informadas no rótulo, não condizem com as consistências reais (2 medidas para néctar; 3 medidas para mel e 4 medidas para pudim)."

O rótulo do produto MaxiSpense Clear cita os seguintes modos de preparo para uma referência líquida de 100ml e uma colher medida de 1,1g:

- **Néctar:** 1 colher medida – 1,1g;
- **Mel:** 2 colheres medidas – 2,2g;
- **Pudim:** 3 colheres medidas – 3,3g.

Em **resumo**, o texto apresentado pelo órgão licitante na Ficha de Avaliação, no item "**observações gerais**", afirma que a consistência declarada pelo fabricante no rótulo não é real.

Neste sentido vejamos:

Utilizando o próprio texto da **página 1** do Relatório de Análise da amostra:

"De acordo com a padronização da National Dysphagia Diet (NDD), os líquidos podem ser espessados em três consistências: néctar, mel e pudim. Essas são definidas pelo fonoadiologista de acordo com o grau da disfagia do paciente. A viscosidade dos líquidos espessados é medida em centipoise (cP) e são categorizadas segundo a NDD em: líquido fino 1-50 cP, néctar 51-350 cP, mel 351-1750 cP e pudim superior 1750 cP."

O texto cita de forma inequívoca que a viscosidade dos líquidos espessados é medida em cP (centipoise) e possuem a seguinte categorização:

Líquido Fino
 1-50 cP;

https://sei.pontagrossa.pr.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=5111660... 2/10

23/05/2024, 11:46

SEI/MPMG - 4575191 - Cota do Processo

Néctar

51-

350

cP;

Mel 351-1750 cP;

Pudim superior 1750 cP.

E esta viscosidade é confirmada na **página 2** do mesmo texto do Relatório de Análise da amostra com a tabela trazida como fundamentação pela equipe de avaliação em tabela anexa

Em resumo, as duas informações, **trazidas pela própria instituição licitante**, são muito claras em definir que:

- A consistência de **Néctar** possui uma viscosidade que varia de **51 até 350cP**. Com isso, estando um líquido com qualquer viscosidade entre 51 até 350cP o mesmo é definido como viscosidade de Néctar.
- A consistência de **Mel** possui uma viscosidade que varia de **351 até 1.750cP**. Com isso, estando um líquido com qualquer viscosidade entre 351 até 1.750cP o mesmo é definido como viscosidade de Mel.
- A consistência de **Pudim** possui uma viscosidade **acima de 1.750cP**. Com isso, estando um líquido com qualquer viscosidade acima de 1.750cP o mesmo é definido como viscosidade de Pudim.

O lote do produto MaxiSpense Clear testado foi o número 6099 conforme citado inclusive na Ficha de Avaliação da equipe técnica do órgão licitante, na figura anexa.

Em anexo enviamos o Laudo n° **842-2023** do produto MaxiSpense, Lote 6099 onde consta o resultado da viscosidade do produto da seguinte forma:

- ✓ **Primeira Viscosidade: 267,5cP** – Como é possível perceber, o resultado obtido de 267,5 está dentro da faixa de 51 a 350, comprovando que o líquido testado obteve a viscosidade de Néctar ao ser testado como indicado no rótulo do produto;
- ✓ **Segunda Viscosidade: 997,3cP** – Como é possível perceber, o resultado obtido de 997,3 está dentro da faixa de 351 a 1.750, comprovando que o líquido testado obteve a viscosidade de Mel ao ser testado como indicado no rótulo do produto;
- ✓ **Terceira Viscosidade: 2.732cP** – Como é possível perceber, o resultado obtido de 2.732 é maior que 1.750, comprovando que o líquido testado obteve a viscosidade de Pudim ao ser testado como indicado no rótulo do produto.

Conclusão:

O Relatório de Análise da nossa amostra (**MaxiSpense Clear**) apresentado pelo órgão licitante possui 13 páginas em sua totalidade e em nenhuma delas existe a informação de qual foi a metodologia e os instrumentos utilizados para medição da viscosidade de nosso produto para afirmar que as informações do nosso rótulo não condizem com as consistências de néctar, mel e pudim.

Conforme detalhamos, a padronização apresentada para cada tipo de viscosidade (**néctar, mel e pudim**) não é resultado de um valor fixo e sim de uma faixa de valores e com isso sempre existirá variações, ou seja, como exemplo, a consistência de néctar será "**menos viscosa**" quando o produto estiver próximo a 51cP e "**mais viscosa**" quando o produto estiver próximo a 350cP, sem deixar de ser considerado como néctar. Essa exemplificação serve para as consistências de mel e pudim.

https://sei.pontagrossa.pr.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=5111660... 3/10

23/05/2024, 11:46

SEI/MPMG - 4575191 - Cota do Processo

Comissão Técnica Permanente de Licitação da Fundação Municipal de Saúde se manifestou.

2. FUNDAMENTAÇÃO:

A doutrina aponta como pressupostos dessa espécie de recurso administrativo manifesta tempestividade e regularidade da representação com fulcro a Lei 14.133/2021:

[...]

Art. 165. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - **recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:**

- a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- b) julgamento das propostas;
- c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- d) anulação ou revogação da licitação;
- e) extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração;

II - pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

§ 1º Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas "b" e "c" do inciso I do caput deste artigo, serão observadas as seguintes disposições:

I - a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais previsto no inciso I do caput deste artigo será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 desta Lei, da ata de julgamento;

II - a apreciação dar-se-á em fase única.

§ 2º O recurso de que trata o inciso I do caput deste artigo será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

§ 3º O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

§ 4º O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

§ 5º Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

Deste modo, constata-se que foi obedecido o prazo legal de até três dias úteis de antecedência em relação à data marcada para a sessão pública de pregão eletrônico, conforme estabelecido no edital, mostrando-se então **tempestivo**.

3. DO MÉRITO

Em primeiro lugar, necessário esclarecer que o referido edital foi embasado na NLLC, que por sua vez está em vigor desde 01/04/2021.

A impugnante, em suma, :

[...]

Este Órgão Licitante analise todos os nossos questionamentos e mude a conclusão final da avaliação de nosso produto para APROVADO e indique a empresa EXITUSMED como ganhadora deste Lote 5 – Item 1, pois ela ofertou produto em total concordância com as exigências do edital e que atende todas as legislações e padronizações vigentes.

OU então:

Que o órgão licitante apresente o laudo laboratorial que embasou sua decisão de afirmar que o produto MaxiSpense Clear testado está indicando em seu rótulo informações de preparo que não condizem com as consistências reais de viscosidade do tipo Néctar, Mel e Pudim

A Comissão Técnica Permanente de Licitação da Fundação Municipal de Saúde se manifestou, mov. 4543240:

OBJETO: A presente licitação tem como objetivo o Registro de preços para eventual contratação de empresa especializada em fornecimento de Leites, Dietas e Suplementos aos pacientes do Programa Municipal de Ortese e Próteses-CEMOPE da Fundação Municipal de saúde, através de pregão, na forma eletrônica, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e com as características constantes no ANEXO 01 deste edital e demais.

LOTE:05

ITEM: Espessante instantâneo para alimentos frios e quentes, que não altere cor, sabor e odor dos alimentos. Boa dissolubilidade e manutenção da consistência desejada após preparo

https://sei.pontagrossa.pr.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=5111660... 5/10

23/05/2024, 11:46

SEI/PMGP - 4575191 - Cola do Processo

EMPRESA: EXITUSMED COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA CNPJ: 10.855.398/0001-00 A CTPL-FMS constituída através da Portaria 22.807/2023 vem por meio desta se manifestar em relação ao recurso apresentado em razão da reprovação do lote 05.

Em anexo novamente encaminhamos para comprovação:

Resposta técnica ao recurso apresentado.

Formulário de análise realizada em 16/04/2024 digitalizado.

Justificativa Técnica Descritiva emitida pela Nutricionista e Fonoaudióloga em 16/04/2024.

Segue para demais providências e encaminhamentos necessários.

Constando em mov. 4543236, a ANÁLISE AO RECURSO pelo Serviço de Atendimento Domiciliar - S.A.D:

A CTPL-FMS constituída através da Portaria 22.807/2023 vem por meio desta se manifestar em relação ao recurso apresentado em razão da reprovação do lote 05. Em razão do recurso esta CTPL-FMS informa que em nenhum momento a amostra foi aprovada integralmente. As afirmações de aprovação relatada pela empresa não se sustentam são somente análises prévias dos pré-requisitos realizados durante a análise. No documento preenchido durante a realização da análise presencial do lote 05 digitalizado em anexo a aprovação citada no documento, se refere apenas aos documentos técnicos e não a amostra propriamente dita do produto. A CTPL-FMS na análise dos requisitos não escreve a palavra APROVADO como cita a petição. A equipe técnica da FMS anexou uma justificativa pormenorizada em documento anexo ao formulário, reforçando os motivos da reprovação.

A CTPL-FMS COMPROVA ATRAVÉS DO DOCUMENTO PREENCHIDO E DIGITALIZADO

Após a leitura integral e a análise do recurso realizado pela empresa Exitusmed, para informarmos: E aqui mais uma vez a CTPL-FMS reitera os motivos:

- A reprovação ocorreu devido a descrição de preparação do espessante para formar as consistências (néctar, mel e pudim) contidas no rótulo não terem sido fidedignas na avaliação da amostra;
- Foram necessárias 2 medidas para a consistência néctar, 3 medidas para a mel e 4 para pudim;
- Ou seja as informações do rótulo devem ser refeitas pra uso do paciente.
- O consumo de produto é maior para atingir a consistência adequada para uso.
- Em consequência a durabilidade da lata é menor para o paciente

Pensando na segurança do paciente, na prevenção de bronco aspirações, possíveis hospitalizações por pneumonias aspirativas e até mesmo óbito, sugerimos para que a empresa, revise o tamanho do scoop ou a redução do líquido utilizado para preparo, pois os familiares e responsáveis seguirão a informação contida no rótulo da embalagem. Além disso, torna-se inviável, o custo, uma vez que seria necessário a utilização de maior volume do produto para se obter a consistência desejada.

Conforme Cardoso et.al (2022), podem ocorrer deficiências nutricionais causadas pela adoção de diferentes terminologias a respeito do nível de textura de alimentos e de bebidas, pois acarretam erros e confusão na adaptação da consistência alimentar. Os mesmos autores, se baseiam no pressuposto da National Dysphagia Diet (NDD), publicada pela American Dietetic Association (2002) que a consistência "néctar" é quando o escoamento da colher se dá em forma de um fio; a "mel" escorre da colher

https://sei.pontagrossa.pr.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=5111660... 6/10

23/05/2024, 11:46

SEI/PMGP - 4575191 - Cola do Processo

Por fim, sabe-se que uma norma jurídica se evidencia por conter preceito e sanção. O instrumento convocatório contém preceitos e sanções para o descumprimento de seus preceitos – características, portanto, de uma norma jurídica.

Assim, já desde a antiga Lei de Licitações, a 8666/93, obtemos através das palavras de Lucas Rocha Furtado, Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, o instrumento convocatório é: "a lei do caso, aquela que irá regular a atuação tanto da administração pública quanto dos licitantes. Esse princípio é mencionado no art. 3º da Lei de Licitações, e enfatizado pelo art. 41 da mesma lei que dispõe que "a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada". (Curso de Direito Administrativo, 2007, p.416)

Ainda, Hely Lopes Meirelles nos ensina que:

"A vinculação ao edital é princípio básico de toda licitação. O edital é a lei interna da licitação, e, como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes como a Administração que o expediu." (Direito Administrativo Brasileiro, 26ª Ed. São Paulo: Malheiros Editores Ltda., 2002, P. 263).

Nesse sentido, o e. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná possui o entendimento de que há prevalência do princípio da vinculação ao instrumento convocatório. Vejamos:

AGRAVO DE INSTRUMENTO - MANDADO DE SEGURANÇA - PREGÃO ELETRÔNICO - 1. LIMINAR NÃO CONCEDIDA - AUSENTES OS REQUISITOS AUTORIZADORES DA MEDIDA - ARTIGO 7º, INCISO III, DA LEI 12.016/2009 - 2. DESCUMPRIMENTO DE REGRA EDITALICIA VERIFICADO - EDITAL QUE PREVÊ A APRESENTAÇÃO DE MEDICAMENTO EM EMBALAGENS COM ATÉ NO MÁXIMO 60 COMPRIMIDOS - PROPOSTA DE CAIXAS DO FÁRMACO COM 3.000 COMPRIMIDOS - VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL - RECURSO NÃO PROVIDO. 1. O acolhimento de liminar em mandado de segurança exige a presença dos requisitos do "fumus boni iuris" e do "periculum in mora", ou seja, perigo de lesão grave, irreparável ou de difícil reparação, ao final, da pretensão. 2. A vinculação ao edital é princípio básico de toda licitação. Nem se compreenderia que a Administração fixasse no edital, a forma e o modo de participação dos licitantes e, no decorrer do procedimento ou na realização do julgamento, se afastasse do estabelecido, ou admitisse documentação e propostas em desacordo com o solicitado. (TJ-PR - Ação Civil de Improbidade Administrativa: 10118748 PR 1011874-8 (Acórdão), Relator: Regina Afonso Portes, Data de Julgamento: 04/06/2013, 4ª Câmara Cível, Data de Publicação: DJ: 1124 20/06/2013) APELAÇÃO CÍVEL. MANDADO DE SEGURANÇA VIA ELEITA. ADEQUAÇÃO. VIOLAÇÃO A DIREITO LÍQUIDO E CERTO. PRECLUSÃO ADMINISTRATIVA. INOCORRÊNCIA. INAFASTABILIDADE DA JURISDIÇÃO. LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO. VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. ART. 5º DO DECRETO 5450/2005. ATRASO NA APRESENTAÇÃO DA COMPLEMENTAÇÃO DA PROPOSTA. FATO INCONTROVÉRSO. IMPOSSIBILIDADE DE INVOCÇÃO DO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. NORMA EXPRESSAMENTE PREVISTA NO EDITAL. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE. SENTENÇA MANTIDA. RECURSOS NÃO PROVIDOS. "Se a lei estabelecer que o prazo para a prática de certo ato é de uma hora, o decurso do tempo acarretará a inafastável preclusão da finalidade e o sujeito promover o dito ato. Ninguém poderá afirmar que o ato poderá ser praticado um minuto depois de decorrida aquela hora - nem mesmo invocando o princípio da razoabilidade. (...) A aplicação do ato convocatório deverá ser norteada por idêntica orientação. (...) Não se

https://sei.pontagrossa.pr.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=5111660... 8/10

23/05/2024, 11:46

SEI/PMGP - 4575191 - Cola do Processo

lentamente em gotejo; e a "pudim" é quando o alimento cai da colher em blocos. No manejo da disfagia é indicado fluidos com alta viscosidade, que fluem lentamente, garantindo que o alimento passe pela boca e pela região faríngea em baixa velocidade, permitindo ao músculo um tempo de resposta mais longo para evitar aspiração.

Em resposta ao laudo laboratorial enviado pela empresa, informamos que também não há a descrição do volume de água e tamanho do scoop utilizado para a realização da testagem.

Portanto, diante das conclusões citadas acima esta CTPL-FMS INDEFERE A SOLICITAÇÃO DO RECURSO e mantém a reprovação do produto.

Diante do exposto sugerimos a PGM/PLC a manutenção da desclassificação

Exposto os tais atos, reiteramos que o instrumento convocatório ou edital da licitação é o documento que concentra todas as regras destinadas a regular o processo licitatório e o processo da contratação pública.

A Nova Lei de Licitações nº 14.133/21, prevê expressamente o princípio da vinculação ao instrumento convocatório ou vinculação ao edital (respectivamente art. 3º e art. 5º).

O princípio da vinculação ao instrumento convocatório ou edital preceitua que (i) a Administração Pública deve consolidar as regras de regência do processo da contratação pública em um único documento denominado edital da licitação ou instrumento convocatório; e (ii) ao editar esta regra, estará imediatamente submetida a ela, devendo assegurar o seu integral cumprimento pelos licitantes e contratados, que a ela também devem respeito.

Conclusão direta e imediata, decorrente do princípio da vinculação ao instrumento convocatório, e das regras expressas previstas na legislação de regência das licitações, é que o edital do certame tem natureza jurídica de ato administrativo normativo, destinado a regular as relações jurídicas vocacionadas à contratação pública.

O conteúdo normativo do instrumento convocatório é evidente, e consubstanciado nas regras da disputa licitatória, nas regras relativas à formação e execução do contrato, na previsão dos tipos infracionais específicos e nas sanções correspondentes para o cometimento de infração, nas regras de conduta dos agentes públicos, na exigência de cumprimento de outras normas que guardem relação com a licitação ou com o futuro contrato, e nas regras de conduta exigíveis de licitantes e contratados.

A norma contida no art. 25 da Lei nº 14.133/21 reforça a tese de que o instrumento convocatório tem natureza jurídica de ato administrativo normativo, composto por regras: "o edital deverá conter o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento".

Trata-se de instrumento destinado à regulação de uma certa, determinada e específica relação jurídica licitatória e contratual, o que, contudo, não lhe retira a natureza jurídica de ato administrativo normativo.

https://sei.pontagrossa.pr.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=5111660... 7/10

23/05/2024, 11:46

SEI/PMGP - 4575191 - Cola do Processo

pode admitir que a Administração veicule ato convocatório estabelecendo limites, exigências, condições de participação e de elaboração de propostas e, depois, simplesmente ignore a sua própria conduta anterior." (JUSTEN FILHO, Marçal. Pregão: (comentários à legislação do pregão comum e eletrônico). São Paulo: Dialética, 2013. p. 65) RELATÓRIO: (TJPR - 5ª C. Cível - AC - 1405915-5 - Curitiba - Rel.: Carlos Mansur Arida - Unânime - J. 15.12.2015) (TJ-PR - APL: 14059155 PR 1405915-5 (Acórdão), Relator: Carlos Mansur Arida, Data de Julgamento: 15/12/2015, 5ª Câmara Cível, Data de Publicação: DJ: 1725 22/01/2016) ESTADO DO PARANÁ. MANDADO DE SEGURANÇA Nº 1.735.344-1. ORIGEM: FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA. IMPETRANTE: LMENTES PÓS PRODUÇÃO DE VÍDEOS LTDA - ME. IMPETRADO: PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ. LITISCONSORTE PASSIVO: ESTADO DO PARANÁ. RELATOR: DES. PAULO ROBERTO VASCONCELOS. MANDADO DE SEGURANÇA - LICITAÇÃO - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ - PREGÃO ELETRÔNICO DO TIPO MENOR PREÇO GLOBAL - LICITAÇÃO ANULADA - EMPRESA IMPETRANTE APRESENTOU A MENOR PROPOSTA - ALEGAÇÃO DE DIREITO SUBJETIVO À CONTRATAÇÃO - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO QUE APUROU A OCORRÊNCIA DE ILEGALIDADES QUE DERAM CAUSA À INDEVIDA DESCLASSIFICAÇÃO DE OUTROS LICITANTES - PREJUÍZO À CONCORRÊNCIA PÚBLICA COMPROVADO ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NÃO PODE DESCUMPRIR AS NORMAS E CONDIÇÕES DO EDITAL - INTELIGÊNCIA DOS ARTIGOS 41 E 49 DA LEI FEDERAL Nº 8.666/1993 - PRINCÍPIO DA ESTRITA VINCULAÇÃO AO EDITAL - AUTOTUTELA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - POSSIBILIDADE DE CONTROLE DA TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ 2 LEGALIDADE DOS SEUS PRÓPRIOS ATOS - AUSÊNCIA DE HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO E DA ADJUDICAÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO EM FAVOR DA EMPRESA IMPETRANTE - ALEGAÇÃO DE EXISTÊNCIA DIREITO SUBJETIVO À CONTRATAÇÃO AFASTADA - AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO - ORDEM DE SEGURANÇA DENEGADA. (TJPR - Órgão Especial - MSOE - 1735344-1 - Curitiba - Rel.: Desembargador Paulo Roberto Vasconcelos - Unânime - J. 20.08.2018) (TJ-PR - MS: 1735344-1 (Acórdão), Relator: Desembargador Paulo Roberto Vasconcelos, Data de Julgamento: 20/08/2018, Órgão Especial, Data de Publicação: DJ: 2339 06/09/2018)

O TRF4 possui orientação no mesmo sentido:

ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO. PROPOSTA APRESENTADA EM DESACORDO COM O EDITAL. PRINCÍPIOS DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, DO JULGAMENTO OBJETIVO E DA ISONOMIA. ARTIGOS 3º E 41 DA LEI 8.666/93. 1. O Pregão Eletrônico, enquanto modalidade licitatória de contratação com a Administração Pública, deve ser regido pelos princípios que a orientam, com especial relevo para o da isonomia. Nesse modo, assegura-se a igualdade de condições entre os particulares que dela participam, consagrando-se vencedora a proposta que melhor atende, de maneira objetiva, às exigências do edital. 2. Não há qualquer ilegalidade na desclassificação de empresa licitante que apresenta proposta e documentação em desacordo com as exigências do edital de Pregão Eletrônico, em atenção aos princípios da isonomia entre os licitantes, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, bem como dos artigos 3º e 41 da Lei 8.666/93. (TRF-4 - AC: 50250454120164047200 SC 5025045-41.2016.4.04.7200, Relator: VIVIAN JOSETE PANTALEAO CAMINHA, Data de Julgamento: 29/07/2020, QUARTA TURMA)

A redação que esta descrita no PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº: 4/2024 é clara a redação, portanto, conforme o princípio da vinculação do edital, conjuntamente com a avaliação da

https://sei.pontagrossa.pr.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=5111660... 9/10

23/05/2024, 11:46

SEI/PMGP - 4575191 - Cota do Processo

Comissão Técnica Permanente de Licitação da Fundação Municipal de Saúde, esta PGM nega o provimento deste recurso.

4. CONCLUSÃO:

Diante de todo o exposto, **podará ser recebido o presente recurso na sua forma, e ser negada com relação ao mérito conforme exposto.**

Desta maneira, dê-se publicidade ao ato conforme a Lei.

22 de maio de 2024



Documento assinado eletronicamente por **PRISCILA DEGRAF, Presidente da Fundação Municipal de Saúde**, em 23/05/2024, às 11:40, horário oficial de Brasília, conforme o Decreto Municipal nº 14.369 de 03/05/2018.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.pontagrossa.pr.gov.br/validar> informando o código verificador **4575191** e o código CRC **A490B0B7**.



FASPG
FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

EXTRATO DO QUARTO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 22/2022, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA, POR INTERMÉDIO DA FASPG - FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PONTA GROSSA E A EMPRESA JOÃO GRABOVICZ PEREIRA EIRELI.
CONTRATANTE: FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PONTA GROSSA
CNPJ: 07.865.433/0001-59
CONTRATADA: JOÃO GRABOVICZ PEREIRA EIRELI
CNPJ: 23.711.759/0001-88

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente instrumento tem como objetivo a alteração da fiscalização do contrato nº 22/2022, que tem como objeto PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CORTE DE GRAMA, CAPINA, PODE DE ÁRVORES DE PEQUENO PORTE, ARBÚSTOS E CERCAS VIVAS, NOS ESTABELECIMENTOS DA FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PONTA GROSSA, nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo ao Pregão Eletrônico nº 12/2022. Em conformidade com o **SEI056444/2024**, que se faz na forma abaixo:

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO

Fica alterada a fiscalização do presente contrato, a partir de 23 de maio de 2024, para a servidora **JULIA VALÉRIA TAMM MENDES DE MORAIS**, matrícula **31.350** – Motorista, lotada na Fundação de Assistência Social de Ponta Grossa.



FASPG
FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
DE PONTA GROSSA

CANCELAMENTO DE ITEM – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2024

Fica CANCELADO o **LOTE 101 – SACOLAS PLÁSTICAS**, conforme especificações e quantitativos constantes no Termo de Referência anexo ao Edital, originário do Pregão Eletrônico nº 02/2024 para formalização de registro de preços, conforme Parecer Jurídico nº 047/2024.

Diante do exposto, de acordo com a o estabelecido no art. 165, inciso I, alínea "a" da lei federal nº 14.133/2.021, a fase de Recurso para o Lote 101 será no dia 27 de maio de 2024 às 16 horas.

Ponta Grossa, 24 de maio de 2024.

Documento assinado digitalmente
TATYANA DENISE BELO
 Data: 24/05/2024 13:15:05
 Verifique em <https://validar.jl.gov.br>

TATYANA DENISE BELO
 Presidente

https://sei.pontagrossa.pr.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=511166... 10/10

FASPG
 Fundação de Assistência Social de Ponta Grossa



FASPG
FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 11/2023, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA, POR INTERMÉDIO DA FASPG - FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PONTA GROSSA E ASSOCIAÇÃO REVIVER DE ASSISTÊNCIA AO PORTADOR DO VÍRUS HIV.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL INDIRETA: FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PONTA GROSSA - CNPJ: 07.865.433/0001-59

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL: ASSOCIAÇÃO REVIVER DE ASSISTÊNCIA AO PORTADOR DO VÍRUS HIV – CNPJ: 01.020.943/0001-49

O presente instrumento tem como objetivo a modificação unilateral do Termo de Colaboração nº 11/2023 registrado, publicado e decorrente de chamamento público nº 001/2023, tem por objeto a execução do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para a faixa etária de 06 a 15 anos, e a faixa etária de 16 a 17 anos, detalhado no Plano de Trabalho, devidamente homologado pela Administração Pública Municipal Indireta. Em conformidade com o **SEI041112/2024**, que se faz na forma abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA – PLANO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS.

Em virtude de aplicação financeira dos rendimentos dos recursos, na ordem de R\$2.086,59 (dois mil e oitenta e seis reais e cinquenta e nove centavos), bem como readequação de outros valores, de acordo com o Plano de Aplicação 3634/2, abaixo:

9 - Plano de Aplicação de Recursos Financeiros

Desdobramento	Valor
3.1.90.11.01 - Verimentos e Salários	244.234,68
3.1.90.11.43 - 13º Salário	29.350,89
3.1.90.11.45 - Férias Abono Constitucional	7.410,32
3.1.90.13.01 - FGTS	26.491,53
3.1.90.13.02 - Contribuições Previdenciárias - INSS	27.119,56
3.3.90.30.07 - Gêneros de Alimentação	10.186,00
3.3.90.30.01 - Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	6.793,00
3.3.90.30.09 - Serviços Têxteis e Profissionais	22.664,00
3.3.90.39.43 - Serviços de Energia Elétrica	4.027,58
3.3.90.39.44 - Serviços de Água e Esgoto	8.200,00
3.3.90.39.50 - Serviços de Telecomunicações	2.057,00
3.3.90.39.77 - Vigilância Ostensiva/Monitorada	2.570,00
TOTAL PROJETO	380.086,59

CÂMARA MUNICIPAL
DIVERSOS

DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO
 ORDEM DO DIA 27/05/2024 - SESSÃO ORDINÁRIA

EM REGIME DE URGÊNCIA
 EM SEGUNDA DISCUSSÃO

DO PODER EXECUTIVO

Projeto de Lei nº 149/2024:

Cria o Serviço de Inspeção Municipal de Produtos de Origem Animal.

EM SEGUNDA DISCUSSÃO

DO VEREADOR SARGENTO GUIARONE

Projeto de Lei nº 427/2023:

Denomina de DOUGLAS LUDWIG CARMO NOVINKI, a praça pública localizada na confluência das Ruas Jaime Alves dos Anjos e Janete Ângela Carneiro Jacomel, Bairro Olarias, nesta cidade.

DO VEREADOR FILIPE CHOCIAL

Projeto de Lei nº 510/2023:

Concede Título de Cidadão Honorário de Ponta Grossa ao Senhor DEMETRIUS DE MOURA SOARES.

DO PODER EXECUTIVO

Projeto de Lei nº 115/2023:

Altera a Lei nº 14.862, de 06/11/2023. Emenda Modificativa/Aditiva de autoria de diversos vereadores.

DO VEREADOR BIANCO

Projeto de Lei nº 109/2024:

Denomina de ROSALINA CZEZACKI a Rua nº 27 do Loteamento Jardim Ouro Verde, Bairro Colônia Dona Luiza, nesta cidade.

DO VEREADOR DIVO

Projeto de Lei nº 161/2024:

Concede Título de Cidadão Honorário de Ponta Grossa ao Senhor DENOIR MARINS.

EM PRIMEIRA DISCUSSÃO

DO VEREADOR DANIEL MILLA FRACCARO

Projeto de Lei nº 103/2024:

Institui no âmbito do Município de Ponta Grossa, o Dia da Comunidade Italiana, a ser celebrado anualmente no dia 21 de Fevereiro.

PARECERES:

- CLJR - Pela admissibilidade, com a inclusa Emenda de Redação em apenso.
- CFOF – Favorável
- COSPMMUA – Favorável
- CECE – Favorável

DO VEREADOR FILIPE CHOCIAI

Projeto de Lei n.º 113/2024:

Promove alterações na Lei n.º 14.497, de 28/12/2022 (Estatuto Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência), conforme específica.

PARECERES: CLJR - Pela admissibilidade, com a inclusa Emenda Modificativa em apenso.
CFOF – Favorável
COSPTTMUA – Favorável
CDHCS– Favorável

DA VEREADORA MISSIONÁRIA ADRIANA

Projeto de Lei n.º 125/2024:

Fica instituído cadastro eletrônico para estabelecimentos de permanência prolongada ao idoso no Município de Ponta Grossa com certificação "Idoso Seguro".

PARECERES: CLJR - Pela admissibilidade, com a inclusa Emenda de Redação em apenso.
CFOF – Favorável
COSPTTMUA – Favorável
CDHCS– Favorável

DO VEREADOR DIVO

Projeto de Lei n.º 143/2024:

Institui o "Dia do Jogador de Futebol Amador", no âmbito do Município de Ponta Grossa.

PARECERES: CLJR - Pela admissibilidade
COSPTTMUA – Favorável
CECE– Favorável

DO VEREADOR MAURÍCIO SILVA

Projeto de Lei n.º 151/2024:

Concede Título de Cidadã Benemérita de Ponta Grossa à Senhora ROSELI APARECIDA MENDES.

PARECERES: CLJR - Pela admissibilidade
CECE– Favorável

DO VEREADOR PASTOR EZEQUIEL BUENO

Projeto de Lei n.º 158/2024:

Concede o Título de Cidadão Honorário de Ponta Grossa ao Senhor JOÃO CLEBER GENEROSO.

PARECERES: CLJR - Pela admissibilidade
CECE– Favorável

DA VEREADORA MISSIONÁRIA ADRIANA

Projeto de Lei n.º 180/2024:

Concede Título de Cidadão Honorário de Ponta Grossa ao Coronel DARANY LUIZ ALVES DE OLIVEIRA.

PARECERES: CLJR - Pela admissibilidade, nos termos da Emenda de Redação em apenso.
CECE– Favorável

DA VEREADORA MISSIONÁRIA ADRIANA

Projeto de Lei n.º 181/2024:

Concede Título de Cidadão Honorário de Ponta Grossa ao Pastor DAMIÃO PEREIRA DOS SANTOS.

PARECERES: CLJR - Pela admissibilidade, nos termos da Emenda de Redação em apenso.
CECE– Favorável



DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO, em 24/05/24.

Ver. FILIPE CHOCIAI
Presidente

Ver. PASTOR EZEQUIEL BUENO
1º Secretário